

HELOISA HELENA PACHECO CÁRDOSO

Este Exemplar corresponde a Redação final
da Tese defendida pela Srta. Heloisa Helena
Pacheco Cardoso e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Campinas, 30 de março de 1987.

Walter Ribeiro Furlan

TRAMAS E FIOS:
A FÁBRICA TÊXTIL EM MINAS GERAIS

Campinas - 1986

HELOISA HELENA PACHECO CARDOSO

TRAMAS E FIOS:
A FÁBRICA TÊXTIL EM MINAS GERAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof^a Dra. Dêa Ribeiro Fenelon.

Campinas - 1986

À Profa. Dra. Déa Ribeiro Fenelon, minha orientadora, pela confiança depositada nas possibilidades desse trabalho, e pela seriedade com que sempre enfrentou minhas dūvidas e angūstias.

À Universidade Federal de Uberlândia, pelo apoio, concretizado na liberação das minhas atividades acadêmicas por 2 anos; e, particularmente, ao Departamento de Ciências Sociais, pelas condições que possibilitaram a redação desse trabalho.

Aos meus pais, ao Roberto, Roberta e Fabiano, pela compreensão que me possibilitou chegar até aqui.

Ao Dr. Décio Mascarenhas, por seu trabalho de preservação dos documentos da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, hoje arquivados no Museu do Cedro em Caetanópolis, e pelo apoio à investigação histórica, permitindo o acesso aos documentos e sua análise.

"... O ponto de vista que merece em 1º lugar a maior atenção de uma administração, é o estado moral e físico do pessoal, que são por assim dizer o nervo da organização sendo a maquinaria os músculos; este deve ser respeitado, contornado, de uma atmosfera moral elevada e sem irritações, atentados, injustiças, furtos, lesões e expropriações e onde esteja bem confiante e confiado, e orgulhoso de tomar parte dos serviços de uma casa de boa moral..."

(Antonino Pinto Mascarenhas - Relatório de 3 de dezembro de 1917).

1. *Auxiliares de pesquisa* : Regina Helena Alves da Silva
Vânia Ribeiro Hermeto
Luciana Maria Cavalcanti Buarque
2. *Mapa* : Irineu A. Siegler
3. *Cópia de planta* : Roberto Cardoso de Oliveira
4. *Revisão de texto* : Maria Inês Vasconcelos Felice
5. *Revisão de bibliografia* : Berenice Bellesi de Cesaro
6. *Datilografia* : Cláudia de Oliveira
7. *Impressão* : Gráfica da Universidade Federal
de Uberlândia
8. *Fotografias e plantas* : Acervo do Museu do Cedro -
Caetanópolis - M.G.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - INDÚSTRIAS E OPERÁRIOS TÊXTEIS EM MINAS GERAIS.....	14
1.1. A indústria têxtil e as questões operárias.....	15
1.2. Dominação e disciplina no espaço fabril.....	31
CAPÍTULO 2 - A FÁBRICA E O TRABALHADOR.....	42
2.1. O hoje e o ontem.....	43
2.2. Os tempos remotos.....	51
2.3. As unidades fabris.....	56
CAPÍTULO 3 - O PODER DISCIPLINAR NO ESPAÇO DA FÁBRICA.....	64
3.1. O espaço fabril.....	65
3.2. Funções e salários.....	78
3.3. Controle disciplinar e atitude paternalista....	89
CAPÍTULO 4 - ESTADO SANITÁRIO E HIGIENIZAÇÃO.....	106
4.1. A fábrica higiênica.....	107
4.2. Estado sanitário e controle do corpo.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
ANEXOS.....	133
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	136

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a indústria têxtil em Minas Gerais, no final do século XIX e primeira metade do século XX. A idéia inicial de pesquisa era a de estudar a classe operária desse ramo industrial em suas condições de trabalho dentro da fábrica e em sua vida cotidiana. Isso representava, em meu entender, analisar a composição do operariado e, nela, o significado da presença da mulher e do menor; a divisão do trabalho e os problemas de salário e jornada; e as implicações dessas questões na vida operária extra-fábrica. Essa proposta exigiria o levantamento de documentação de caráter mais geral — disponível em arquivos públicos ou em outras repartições —, e a de caráter específico — pertencente às empresas, que nem sempre possuem essa documentação ou que, caso a possuam, não permitem a pesquisa.

Os primeiros levantamentos foram desanimadores, com a constatação de pouquíssimo material mais específico ao ramo da indústria têxtil, além daqueles ligados aos dados estatísticos ou aos estudos de diagnósticos feitos pelas diversas secretarias de Estado. Por outro lado, pouca documen

tação de companhias, referente a esse período, foi arquivada na Junta Comercial do Estado. A consulta aos arquivos pertencentes às empresas foi dirigida àquelas que, fundadas no final do século XIX ou início do XX, ainda se encontram em atividade. Nesse sentido a Companhia Industrial de Belo Horizonte e a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, em suas três unidades fabris iniciais, foram pesquisadas: com relação à primeira o material levantado mostrou-se insuficiente, talvez porque, fundada em 1906 na praça da Estação, transfere-se na década de 30 para o bairro da Cachoeirinha, existindo, nos arquivos consultados, poucos documentos referentes a essa primeira fase; quanto à segunda, grata foi minha surpresa ao deparar com grande parte da documentação das unidades fabris, e depois da própria Companhia, preservada e disponível à pesquisa, quer no escritório central em Belo Horizonte, quer no Museu do Cedro, em Caetanópolis. Toda documentação hoje organizada, preservada e restaurada no Museu do Cedro é uma fonte inesgotável de pesquisas, voltadas para o tema da industrialização.

O contato com essa documentação fez-me desviar um pouco da proposta inicial e voltar a atenção para o estudo do poder disciplinar entranhado nas relações sociais existentes no espaço fabril. Esse poder se expressou, nas empresas capitalistas, em formas de organização capazes de perpetuar uma estrutura de classes e manter a vigência do sistema. As relações de poder que se constituíram no espaço fabril atravessaram todas as relações sociais vigentes e po-

diam ser percebidas tanto na forma de existência da administração burocrática, como na vida cotidiana do operário, regulamentada por regras e normas emanadas da própria administração.

A supremacia do capital sobre o trabalho, enquanto hierarquia de poder, manifestou-se no processo formal de concentração das decisões, que ia da definição da quantidade a produzir ao preço dos salários e multas, e nos aspectos diários e rotineiros, observados nos modos de agir e de ser dos habitantes do espaço fabril. A imposição de condutas era trabalhada a partir de uma posição de classe que considerava os conceitos, e os discursos emanados deles, como verdadeiros e objetivos. Assim, o valor do trabalho como atividade natural e útil ao ser humano, capaz de produzir indivíduos corretos, transformou-se no valor positivo através do qual se tentava construir a figura do trabalhador produtivo, em quem a preguiça, a inércia e a vida sem normas eram os elementos a serem combatidos. Ser bom trabalhador significava ser dedicado ao trabalho (na fábrica), ser estável em sua atividade (na fábrica) e submisso, acatando os preceitos e as normas existentes. Essas "virtudes" separavam indivíduos bons e maus e norteavam o existir das pessoas além da sua atividade de trabalho. O espaço da fábrica transformava-se em um espaço de poder cujos fios se entrelaçavam como uma trama, penetrando sutilmente na vida dos indivíduos, modificando-a, construindo valores em função dos interesses da empresa capitalista, mas trabalhados a partir de discursos gerais apolíticos, nos quais não se evidenciava a relação con

flutuosa entre o capital e o trabalho. Alguns valores gerais e "universais" foram absorvidos pela classe trabalhadora e passaram a fazer parte de seu ideário, enquanto outros se transformaram em válvulas de emergência de conflitos, nem sempre formais, mas sintomáticos da situação real em que se vivia.

As relações de poder que se exerceram no espaço fabril não eram abstratas. Os processos disciplinares tinham um sujeito bastante concreto: o trabalhador. E é em função dele que elas devem ser entendidas, porque é em busca da subordinação da classe operária aos ditames do capital que se concretizaram as estratégias de disciplinarização. O que esse trabalho pretende é a compreensão desse mecanismo de poder, das estratégias moralizadoras utilizadas na indústria têxtil em função da criação do trabalhador adaptado ao trabalho industrial e moldado nos seus hábitos e costumes em função dessa atividade.

Como a historiografia tem abordado os temas da industrialização e da classe operária em Minas Gerais?

A produção acadêmica, que tem se dedicado a estes temas, mesmo a mais recente — que vem sendo apresentada a partir dos anos 70 —, encontra-se ainda muito presa aos marcos e conceitos formulados por uma historiografia tradicional, movendo-se dentro deles, sem questioná-los. Nela, ou o tema da industrialização é desvinculado do tema da classe operária, caminhando as análises na interpretação da trajetória do capital, ou a classe operária aparece mais como objeto do que como sujeito social. Inúmeros estudos na área

das Ciências Sociais vêm privilegiando ora o movimento organizado via partido e sindicato — vindo na organização do movimento a forma de manifestação da classe —, ora a descrição das condições de vida e de trabalho, da luta pela jornada de trabalho e pelo salário.

Sem querer fazer uma análise exaustiva dessa produção acadêmica mais recente, é importante apontar algumas abordagens, explicitando, ao mesmo tempo, em que direção pretende avançar a proposta desse trabalho. Três tendências gerais têm caracterizado essa produção: a que trata o tema da industrialização e nele a classe operária está ausente; a que discute a classe operária em sua relação com a industrialização e nessa a classe se apresenta como dado, como objeto e não sujeito das relações sociais; a que aborda a industrialização na perspectiva das relações sociais e nela, portanto, a classe operária se torna presença, embora com privilégio das suas manifestações formais.

Os trabalhos que têm como tema a industrialização em Minas Gerais estão preocupados com a análise de dados relativos às unidades fabris em termos de volume de capital, produção e número de operários, tomando-se, muitas vezes, como parâmetro, a situação de São Paulo. Dessa comparação infere-se o pequeno porte do desenvolvimento industrial mineiro até 1930, justificado em afirmativas tais como: protração relativa da indústria mineira, lentidão e atraso, ausência de concentração de capitais, formas pré-capitalistas

de produção.¹ Preocupados em identificar a existência ou não de um processo de acumulação cafeeira e em analisar as condições objetivas em que a indústria foi implantada (volume de capital, importação de máquinas, exportação da produção, desenvolvimento das vias de comunicação, etc...), os autores colocam o capital na condição de sujeito histórico por excelência e a formação capitalista tendo uma direção só: a capacidade de acumulação de capital demonstrada pelas economias regionais.²

A produção acadêmica, que analisa a estrutura industrial em consonância com as relações sociais que a caracterizam, imputa à classe operária uma fragilidade derivada ou das próprias condições qualitativas e quantitativas do parque industrial ou da ausência de autonomia e capacidade

¹Essa análise pode ser vista em:

PAULA, João Antônio de. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil. In: Seminário sobre a economia mineira, 2, 1983.

²Ver, entre outros, os seguintes trabalhos:

GIROLETTI Domingos Antônio. Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1976 (Tese, Mestrado).

LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais; 1870-1920, Petrópolis, Vozes, 1981.

Comparando os dados relativos a Minas Gerais com os de São Paulo no início do século XX, João Heraldo Lima conclui que "a indústria mineira se caracteriza, até 1907, por um elevado número de pequenos estabelecimentos escassamente capitalizados e com poucos operários... 60% do valor da produção industrial mineira tinha como matriz aquele estabelecimento típico já encontrado no ramo "alimentação": pouco capitalizado e com poucos operários, configurando um pequena indústria. Os outros 40% da produção, por serem originários do ramo "têxtil", eram produzidos dentro de uma estrutura produtiva mais avançada. As plantas eram maiores, mais mecanizadas e com um número médio de operários bem mais elevado do que a média da indústria. Entretanto, a têxtil mineira assumia essas proporções só quando comparada com o restante da indústria de Minas; quando comparada com suas similares de outros Estados é que se pode avaliar melhor sua real dimensão". (p. 71-2).

de atuação das classes sociais, pelo fortalecimento do Estado. No primeiro caso, os dados referentes aos parques industriais e às organizações operárias servem de base para a compreensão do comportamento operário, restrito às manifestações formais registradas na documentação existente. Dirigindo a análise nessa perspectiva, chega-se à conclusão que, se o parque industrial não apresenta condições quantitativas e qualitativas satisfatórias (número de operários, grau de mecanização, etc.), se a composição da classe operária apresenta grande número de analfabetos ou imigrantes, se o estado e a classe patronal estão dispostos, ou não, a cooperar com a classe trabalhadora, teremos uma capacidade maior ou menor de manifestação do movimento operário.³ Industrialização e classe operária são tratadas como realidades em separado, estando as referências da segunda na primeira apenas na perspectiva de um dado quantitativo e objetivo do processo de produção; por outro lado, a classe operária só conta na medida em que está presente nas organizações e manifestações formais existentes. No segundo caso, quando a fragilidade das classes sociais soma-se à presença de um Estado

³DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Alternativas do comportamento operário. Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930). Belo Horizonte, 1981. Nesse trabalho, a abordagem defendida pela autora é a de que a estrutura industrial "define e molda a existência da classe operária", portanto define as relações entre as classes sociais e explica o comportamento da classe operária. A estrutura industrial é buscada na análise da composição do capital, na relação capital/valor da produção/número de trabalhadores e nas características dos parques industriais existentes. O comportamento da classe operária passa pela identificação das associações de trabalhadores no estado, inicialmente como beneficiários e de socorro mútuo, pela análise das experiências sindicais com destaque para a Federação Operária Mineira e União Operária (em Juiz de Fora) e a Confederação Católica do Trabalho (em Belo Horizonte); pelo estudo do movimento grevista e seus piques de manifestação.

forte pairando acima delas, temos, como exemplo, os trabalhos voltados para o tema da urbanização e da própria construção de Belo Horizonte, onde a cidade é vista como o espaço de atuação das classes sociais. A ausência de autonomia e de capacidade efetiva de atuação da oligarquia agro-exportadora e da burguesia industrial e comercial justificam a presença do estado pairando "acima das classes" em formação, numa fase de passagem do modo de produção mercantil-escravista para o modo de produção capitalista.⁴ O papel de sujeito da história é assumido pelo "poder político" e as "classes sociais" se transformam em objeto de manipulação desse sujeito, quando o Estado é visto como aglutinador dos interesses da classe dominante, como promotor da organização formal das classes trabalhadoras, como organizador do espaço urbano.

Uma outra tendência na historiografia é expressa pelas análises que não enveredam pela descrição linear dos dados e acontecimentos operários, mas na perspectiva do movimento da luta de classes. A origem e formação da burguesia e do proletariado deixam de ser importantes para dar lugar a uma análise de como se organiza o mercado de força de trabalho, como os trabalhadores enfrentam as condições de vida e de trabalho que esta situação de trabalho lhes impõe e como a burguesia, enquanto classe detentora do capital, monta seus mecanismos em defesa da acumulação capitalista. O proletariado aparece enquanto presença, atuando em aspectos

⁴LE VEN, Michel Marie. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte. (1893-1914), Belo Horizonte, 1971.

da organização capitalista, reivindicando ou parando, através da greve, a atividade de trabalho.⁵

Ensaaios bem recentes⁶ têm enveredado mais na recuperação do cotidiano do trabalhador e do "fazer política" da classe operária. Isto nos remete a uma análise do papel do conhecimento no processo de dominação do trabalho e da relação saber-poder. A classe operária é investigada, não mais dentro dos marcos tradicionais de organização e movimento, mas nas suas relações de trabalho, nas suas condições de moradia, nas suas práticas diárias de mobilização e ação política. Essas novas abordagens nos indicam que compete ao trabalho de investigação histórica indagar as fontes disponíveis de formas diferentes. Modifica-se o objeto de estudo, mas também as questões adequadas à sua compreensão.

A classe operária é também tema desse trabalho, estudada em um espaço específico de formação e consolidação de sua situação de força de trabalho: a fábrica. A efetivação das relações capitalistas de produção, na agricultura ou

⁵Um exemplo dessa abordagem é o trabalho de:

ANDRADE, Sílvia Maria Belford Vilela de. Classe operária em Juiz de Fora; uma história de lutas; 1912-1924. Campinas, 1984.

O objeto de estudo desse trabalho é definido pela autora como o de "investigar a relação capital-trabalho, tomando como ponto de partida o trabalhador que vende a sua força de trabalho", no período de 1912-1924, período importante na luta do operariado, porque nele se estruturaram as principais organizações operárias no início do século e aconteceram três greves generalizadas (1912, 1920 e 1924) em Juiz de Fora. Embora a tentativa da autora seja de recuperar o proletariado por suas próprias fontes (das organizações operárias e da imprensa operária), ainda se continua na identificação da história da classe operária com as suas organizações e os grandes movimentos.

⁶Estamos nos referindo ao trabalho de:

HORTA, Carlos Roberto. Movimento operário: da fábrica ao bairro; das lutas ao conhecimento. Encontro Estadual de História, 5, Uberlândia, 1986.

na indústria, alterou modos de vida, construiu novos hábitos, desenvolveu outros valores, em uma situação geográfica em que casa e fábrica se uniam em um mesmo território, em que a construção dos estabelecimentos para produção era concomitante com as das vilas operárias e seus serviços internos. Nesse universo é que uma parcela da classe trabalhadora vivia e é sobre ele que dirigimos nossa investigação. Nele, a vida cotidiana do trabalhador emerge em meio a procedimentos e técnicas disciplinares.

A documentação utilizada foi sobretudo aquela produzida pelas empresas, como atas das assembleias dos acionistas, relatórios de diretoria, impressos diversos e outros, por absoluta ausência de registro da fala operária, particularmente no que tange à Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Para esse caso foram realizadas algumas poucas entrevistas com trabalhadores ainda vivos, que começaram a trabalhar na fábrica desde o início do século e que ainda hoje, apesar de aposentados, guardam certos vínculos com a empresa. Esse tipo de fonte é problemático pois exige um recorso à memória, onde o hoje e o ontem se misturam e o que normalmente sobressai é uma interpretação atual de fatos acontecidos há cinquenta ou sessenta anos atrás. No caso da análise da situação da indústria têxtil e das questões operárias no Estado de Minas Gerais, os jornais operários foram uma fonte importante, embora em número reduzido.

O primeiro capítulo desse trabalho tem como objetivo relatar a situação das indústrias têxteis e da classe operária em Minas Gerais desde o aparecimento das primeiras

unidades fabris até a década de 20 deste século. Nela se destacam as condições de vida e trabalho inseridas nas estratégias de dominação e nas manifestações do trabalhador. Se, por um lado, a relação empresa-trabalhador é conflituosa, e, por outro lado, apresenta-se como harmoniosa, é nessa contradição que as relações sociais acontecem, marcadas pela hierarquia, pelos favores, pelas imposições, pelas reações e pela introjeção de preceitos e visões de mundo.

Os outros capítulos dedicam-se a analisar um caso específico, o da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, onde essas questões marcaram sobremaneira as relações sociais no espaço fabril.

O segundo discute a constituição do sistema fabril, através dos inícios das unidades que posteriormente formarão a Companhia, centrando a análise no significado desse sistema para o trabalhador "livre" e assalariado e nas características que o trabalho industrial assume no interior de Minas.

O terceiro capítulo tem como objeto o espaço da fábrica com seu intrincado jogo de estratégias, onde era possível vislumbrar o trabalhador, enquanto peça do aparato tecnológico e enquanto gente. A análise atinge o trabalhador na fábrica e fora dela, a sua relação com a empresa e os mecanismos que ela utilizava para garantir a eficácia do sistema fabril, sobretudo o controle disciplinar direto, expresso nas normas de conduta, e a atitude paternalista.

O quarto capítulo discute as mudanças nas estratégias patronais em função da manutenção de um trabalhador

produtivo e dócil, mudanças essas embutidas no conceito da fábrica higiênica. A higienização das oficinas e das vilas operárias exigiu uma redefinição de comportamentos, justificada no conhecimento de um saber competente, encarnado no discurso do profissional da construção civil e do médico sanitarista.

A constituição do sistema fabril insere-se em um momento especial da história do Brasil, o da constituição do mercado livre de trabalho. Nesse momento, a figura do trabalho, como atividade "voluntária" do homem livre a outrem, deveria ser construída como um valor positivo, capaz de substituir a ausência da propriedade do capital. Gerar uma classe submissa aos ditames do capital era de essencial importância para a empresa capitalista, quando o homem livre ainda impunha resistência à sua transformação em trabalhador fabril. Manter a submissão, através de mecanismos variados, era fundamental para a continuidade do processo de acumulação capitalista. Toda análise da relação empresa-classe trabalhadora é vista, portanto, em função desses fundamentos.

CAPÍTULO 1
INDÚSTRIAS E OPERÁRIOS TÊXTEIS EM MINAS GERAIS

1.1. A INDÚSTRIA TÊXTIL E AS QUESTÕES OPERÁRIAS

A construção e funcionamento da fábrica do Cedro (1868), primeira unidade da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, significou um marco na trajetória da industrialização no Estado de Minas Gerais. A partir daí as unidades fabris que se instalaram pelo Estado, sobretudo nos setores têxtil e de alimentação, tiveram um desenvolvimento continuado. O inquérito industrial feito em 1907 pelo Centro Industrial do Brasil enumera 37 indústrias têxteis em Minas Gerais, sendo apenas uma de juta e as outras de tecidos de algodão⁷, ocupando o Estado o primeiro lugar quanto ao número de fábricas, posição essa que é alterada quando se compara os dados relativos ao capital, produção anual e número de operários com o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, passando Minas Gerais a uma posição numérica inferior. O Recenseamento de 1920 enumera 77 indústrias têxteis,

⁷CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. O Brasil; suas riquezas naturais, suas indústrias, 1909. v. 1. p. 268.

sendo 39 do ramo de fiação e tecelagem do algodão⁸, grande parte dessas concentradas nas zonas Metalúrgica e da Mata.

As primeiras fábricas têxteis no Estado datam da primeira metade do século XIX, destacando-se aí a iniciativa da Companhia Industrial Mineira, no Distrito das Neves de Sabará e a Fábrica Cana do Reino, em Conceição do Serro. A Companhia Industrial Mineira, fundada em 1837, começou a trabalhar em 1839 com três máquinas de aprontar algodão, vinte e oito para fio grosso e seis teares para colchas de algodão e lã⁹. Sobre essa fábrica, poucas são as notícias existentes, limitando-se estas ao seu registro e uns poucos dados. A Fábrica Cana do Reino foi fundada por volta de 1850, pelos ingleses Pigot e Cumberland. O empreendimento, apesar de contar com a ajuda do governo provincial, que lhe concedeu empréstimos no valor de 20:000\$000, fracassou, sendo liquidado na década de 70¹⁰. Essas experiências contituem as tentativas iniciais de se desenvolver um setor fabril têxtil, o que se concretiza apenas nas décadas finais do século XIX.

A instalação da indústria têxtil foi possível a partir da importação de máquinas e acessórios disponíveis no mercado internacional e da disponibilidade de trabalhadores no mercado regional, capazes de se adaptarem às novas condi

⁸BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil; 1927. v. 5., 1. pte. p. 236-7.

⁹IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, 1954, p. 67.

¹⁰VAZ, Alisson Mascarenhas. A indústria têxtil em Minas Gerais. Revista de História, 56 (111). p. 104-105.

ções exigidas por uma atividade mecânica e rotineira. O maquinário importado, grande parte da Inglaterra, não alterou a produção manufatureira e doméstica existente nas grandes propriedades rurais ou nas aldeias e vilas, mas deu início a uma produção paralela, de grande escala, assentada em um processo de acumulação e centralização do capital nas mãos de uma classe empresarial. Essa produção ocupou trabalhadores não especializados, grande parte do setor rural, ainda não acostumados à disciplina fabril e, em função desta, as empresas tiveram que se preocupar com a formação de uma mão-de-obra eficiente e ordeira, o que exigiu o desenvolvimento de técnicas e procedimentos que integrassem a vida-trabalho e a vida extra-fábrica dentro dos mesmos valores constitutivos do trabalhador ideal.

O âmbito de mudanças trazidas pela indústria têxtil não se restringiu ao espaço fabril, mas atingiu toda a estrutura regional do mercado de trabalho. Embora o Estado de Minas fosse tradicionalmente um produtor de algodão, parte da matéria-prima destinada à indústria foi adquirida nos estados do Nordeste o que levou as empresas a incentivarem essa produção. As companhias que tinham interesse na lavoura do algodão estimularam o aumento da cultura, como a Fábrica de Gabiroba, em Itabira do Mato Dentro, que instituiu dois prêmios de 500\$000 ao lavrador que lhe vendesse 500 arrobas de algodão descaroçado e que fosse produzido em suas próprias culturas em território mineiro; ou o caso das empresas Companhia Industrial Itaunense, Cia. Fabril Cachoei-

ra Grande e Cia. Pitanguense que distribuíam sementes gratuitamente aos lavradores.¹¹ Assim, tanto dentro como fora dos muros da fábrica, a industrialização significou a transformação de uma população em trabalhadores à disposição do processo capitalista de produção. As fábricas se transformaram em polos geradores de empregos diretos, pelo assalariamento da força de trabalho, ou indiretos, através da prestação de serviços ou fornecimento de produtos, o que estabelecia vínculos de dependência a nível local.

As fábricas de fiar e tecer algodão em Minas Gerais apresentaram as mesmas características gerais de outras empresas do setor em outros estados, sobretudo São Paulo. A máquina, sujeito da produção na visão do capitalista, dividia as etapas do processo de produção e as seções da fábrica, que começava na limpeza e preparação do algodão nos abridores, batedores e cardas, passando pela fiação propriamente dita, com estiragem e torção das fibras, antes de chegar à tecelagem. As seções de tinturaria e estamparia não existiam em todas as empresas e, em algumas, elas foram implantadas depois de alguns anos de funcionamento. Além dessas, compunham também o processo de produção, o acabamento, destinado a revisão e enfardamento, e a oficina mecânica, para reparação de acessórios e manutenção de máquinas. O que regulamentava o funcionamento dessas seções era uma estrutura hierárquica de mando, com seus mestres e contra-mestres encarregados do bom andamento de seus setores, mediante a ma-

¹¹REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS. Cultura do algodão, n 20, 1917.

nutenção da intensidade do trabalho e submissão do trabalhador às condições impostas pelos regulamentos internos. O ambiente fabril não era agradável, marcado pela poeira do algodão combinada com a umidade artificial necessária ao não ressecamento do fio, pelo barulho dos teares e pela pouca mobilidade do trabalhador preso ao movimento da máquina, pela carência de iluminação e ventilação naturais. A determinação do tempo de trabalho e do salário cabia à própria fábrica, que os alterava para mais ou menos de acordo com as circunstâncias. O número de mulheres e crianças empregadas era relevante, em atividades que não exigiam qualificação ou força muscular, mas apenas agilidade e atenção, como era o caso dos teares. As respostas à circular de 1886, enviada pelo governo provincial mineiro pedindo informações sobre as indústrias, possibilitaram-nos perceber a vinculação desse emprego com a formação de um mercado livre de força de trabalho na região. Em todas as companhias, o número de mulheres e menores empregados ultrapassava, em muito, ao do homem adulto, estando, entre os menores, grande número de órfãos e órfãs: a Fábrica Filatória e de Tecidos de Montes Claros acusava que dos 70 operários, a maioria eram "órfãos e órfãs desvalidos"¹²; a Fábrica de Tecidos Cassu (Uberaba) empregava 55 pessoas livres, sendo 15 mulheres com mais de 14 anos, 10 meninas de 8 a 10 anos, 20 meninos de 7 a 12 anos e 10 homens maiores de 14 anos, compreendidos, entre eles,

¹² FÁBRICA FILATÓRIO E DE TECIDOS DE MONTES CLAROS. Da firma Rodrigues Soares, Bittencourt, Velloso e Cia. Resposta à circular de 19 de janeiro de 1886.

28 órfãos, sendo 18 meninos e 10 meninas.¹³ O recrutamento de trabalhadores nos orfanatos, nas casas de caridade ou entre desempregados, reforçava a visão da classe capitalista de que pobreza era sinônimo de ignorância e indolência que o sistema fabril poderia corrigir através da coação ao trabalho normatizado.

As fábricas eram apenas um elemento dentro da estrutura unificada do espaço fabril, em que vida e trabalho se confundiam. As questões de moradia, assistência médico-farmacêutica, educação e alimentação eram tratadas por critérios semelhantes nas unidades instaladas no interior do Estado. A fábrica, a casa do gerente, as casas dos operários construídas pelas companhias, escolas e armazéns compreendiam um espaço fechado em si mesmo, onde o operário se submetia às exigências do capital em áreas onde as indústrias, a partir do momento em que eram criadas, tornavam-se a opção possível de emprego e sobrevivência de uma população rural e pobre. Em centros urbanos maiores, como Belo Horizonte e Juiz de Fora, essa característica se mantém, observadas as especificidades do espaço urbano que, de um lado, possibilitava ao poder municipal deslocar a classe operária para bairros específicos na periferia da cidade e, de outro, facilitava a organização e manifestação formal dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.

As questões operárias até o final da década de

¹³ FÁBRICA DE TECIDOS CASSU, Uberaba. Resposta à circular de 19 de janeiro de 1886.

20 giraram em torno de dois problemas essenciais: a jornada de trabalho e o salário. No interior, as primeiras unidades fabris que se organizaram tiveram que enfrentar as contradições entre uma jornada de trabalho extensiva e salários irrisórios, que garantiam apenas a sobrevivência em um ambiente "civilizado", e a visão de fartura e liberdade que a atividade no meio rural representava. No começo, nem sempre foi fácil encontrar pessoas que quisessem trabalhar em fábricas, sinônimo de uma vida difícil. Com o desenvolvimento do sistema fabril e a própria transformação das relações de trabalho nas produções agrícolas locais em função da fábrica, uma população rural começou a pressionar a estabilidade de emprego dos operários fabris e a ameaçar aqueles que não se adaptavam aos padrões disciplinados do trabalho capitalista. Nesse momento, a luta do trabalhador ocorria em função de melhores condições de jornada e salário e não mais se manifestava na recusa em se transformar em um trabalhador fabril. Assumindo esta categoria, a luta tomou a forma de resistência diária aos padrões instituídos pelo capital ou de abandono do emprego em busca de trabalho em outras atividades, sobretudo na capital, uma vez que a preocupação das empresas em fixar o trabalhador no espaço fabril foi uma constante. O próprio recurso aos orfanatos e às casas de caridade significava o aproveitamento de indivíduos que, de certa forma, estavam disciplinados para o mundo do trabalho.

Em Belo Horizonte e Juiz de Fora, onde a imprensa operária encontrou campo para se desenvolver, uma vez que

a criação de sindicatos e federações favoreceu a organização na defesa dos interesses da classe, os jornais promoveram campanhas pelo cumprimento do descanso dominical e do dia de 8 horas de trabalho, pelas habitações operárias e contra os salários irrisórios, a exploração do trabalho da mulher e do menor e os serões. Os movimentos grevistas de 1912, 1920 e 1924 tinham também como principais reivindicações a diminuição da jornada de trabalho e aumento salarial. A expropriação do trabalhador pode ser percebida na análise do tempo de trabalho diário adotado pelas empresas, que era constantemente acusado pela imprensa operária. A jornada de 8 horas, que teoricamente havia sido conseguida pelo movimento paredista de 1920 em Juiz de Fora, não foi respeitada:

*A Federação Operária Mineira acusa o recebimento de reclamações contra os industriais que sob a forma de serões, obriga o operário a trabalhar mais de 8 horas, tentando restabelecer a jornada de 10 horas... Se o operário trabalha 8 horas e produz tanto que chega a criar o desequilíbrio entre a produção e a procura, para que exigir dele ainda maior número de horas de trabalho?*¹⁴

A insistência dos industriais em estender a jornada de trabalho além das 8 horas diárias, levou os operários da Fábrica de Tecidos Industrial Mineira (Juiz de Fora)

¹⁴ SPARTACUS. Serões. O Proletário, Juiz de Fora. 20 fev. 1921. p. 2.

a paralisarem suas atividades em repúdio à atitude da fábrica de implantar uma jornada de 9 horas. Se o tempo de trabalho não era formalmente fixado em limites superiores às 8 horas, as empresas lançavam mão de outros expedientes, como os serões e o trabalho aos domingos, para aumentar esse tempo. O discurso da classe patronal para esta situação apoiava-se na necessidade das empresas em cumprir suas encomendas em decorrência dos contratos assinados e na liberdade do trabalhador em trabalhar aos domingos ou fazer serões. Sobre isso o trabalhador possuía uma outra opinião:

Além do descanso dominical, o dia de 8 horas de trabalho também não é cumprido em B. H., apesar de deliberação da prefeitura nesse sentido. Vários expedientes são empregados pelos patrões para obrigar os operários a trabalhar mais de 8 horas. Si o operário trabalha por salário, este é fixado em quantia também mesquinha, que os prejudicados são forçados a pedir trabalhos extraordinários para conseguirem melhor diária. Si o operário trabalha por obra, o preço de unidade é tão pequeno que em 8 horas ninguém consegue o necessário para viver. Assim os trabalhadores se vêm na dura necessidade de pedir e trabalhar até 9, 10 e 11 horas da noite!

Os patrões desculpam hypocritamente dizendo que os operários trabalham assim por

*sua livre vontade!...*¹⁵

Nessa perspectiva, jornada e salário eram problemas complementares e interdependentes. A extensão da jornada era favorecida pela escassez do salário, insuficiente às necessidades mínimas do trabalhador. Em 1921, o jornal "O Operário" publicou uma tabela contendo um mínimo que cada família necessitava para ter alimentação, vestuário, habitação e educação:

Alimentação - a alimentação diária há de constar de consumo de substâncias capazes de, pela quantidade e pela qualidade, produzir o número de calorias necessárias à energia vital. Estudando o assunto através dos mais autorizados autores e fazendo razoável aplicação ao nosso meio, podemos calcular a alimentação diária indispensável em Belo Horizonte, com o respectivo custo. Cada pessoa precisa de:

Carne	\$250	200 gramas
Batatas ou Verduras	\$090	200 gramas
Fubã	\$050	200 gramas
Feijão	\$060	100 gramas
Arroz	\$050	100 gramas
Farinha	\$040	50 gramas
Açúcar	\$030	50 gramas
Gordura	\$090	50 gramas
Sal e Temperos	\$020	50 gramas
Café	\$012	25 gramas
S O M A	\$692	1025 gramas

¹⁵O DIA de 8 horas. O Operário, Belo Horizonte. 1 jul. 1920. p.4.

Vestuário - Em um ano, um homem necessita de:

2 ternos de brim	80\$000
2 pares de calçados	24\$000
1 chapéu	8\$000
3 camisas	12\$000
3 ceroulas	9\$000
6 pares de meias	<u>6\$000</u>
S O M A	139\$000

No mesmo período a mulher precisa de:

3 vestidos de chita	60\$000
2 pares de calçados	24\$000
3 camisas	15\$000
3 saias brancas	22\$000
6 pares de meias	<u>9\$000</u>
S O M A	130\$000

No mesmo período, uma criança precisa de vestuário no valor de 72\$000. A despesa diária será portanto:

Homem	\$380
Mulher	\$350
Criança	\$200

Habitação - Despesa diária 1\$000

Outras despesas:

Sabão	\$100
Luz	\$100
Mobília e roupa de serviço	<u>\$200</u>
S O M A	\$400

Educação e beneficência - despesa diária \$200.

Podemos, pois, calcular a despesa diária de uma família de cinco pessoas para alimento e vestuário:

Homem	1\$072
Mulher	1\$050
3 filhos	<u>2\$676</u>
S O M A	4\$798

Sendo de 1\$600 a despesa diária para habitação, educação e outras necessidades, temos o total diário de 6\$400 em algarismos redondos.¹⁶

Considerando que esta relação dos artigos de alimentação e vestuário é incompleta, faltando nela outros itens também indispensáveis como ovos, frutas ou mesmo lenços, e que saúde e lazer não foram incluídos como necessidades primárias, a matéria conclui que nenhum operário com sua família poderia receber um salário diário inferior a 7\$000, "embora a quase totalidade não chegue a receber 4\$000." Uma simples observação empírica dos artigos enumerados ressalta a sua insuficiência. Como a definição geral das necessidades humanas significa apenas a enumeração das necessidades básicas para a reprodução do trabalhador, necessidades estas que servem de base para nivelar a remuneração salarial por baixo, a relação artigos de consumo mínimo X salários recebidos nos dá a medida da insuficiência dos salários e do con

¹⁶ CUSTO diário de vida em Belo Horizonte; dramas de vergonha e miséria. O Operário, Belo Horizonte, 16 jun. 1921. p. 1.

sumo, justificando a presença do aumento salarial como reivindicação permanente da classe trabalhadora.

Essas questões não afetavam apenas o trabalhador têxtil. Elas expressavam a situação da classe operária em seus diversos setores de atividade. Os têxteis aí se destacavam e suas reivindicações emergiam nos movimentos grevistas em função do seu número e peso em comparação com outros ramos industriais. As denúncias e a defesa de condições melhores para os trabalhadores voltavam-se para questões concretas que podiam ser facilmente observadas e quantificadas. Das questões gerais de salário e jornada derivavam outras que acusavam a exploração do trabalho feminino e a remuneração inferior da mulher em face à mesma produção do homem adulto; o trabalho de menores de 14 anos nas fábricas; a perseguição aos operários considerados inconvenientes; o não cumprimento dos acordos negociados entre patrões e empregados e outros. Quando, no início da década de 30, as questões do trabalho passaram a ser regulamentadas pelo Estado e deixaram de estar exclusivamente nas mãos dos patrões, as denúncias sobre as condições de trabalho se acentuaram, consideradas, então, como ilegalidades que feriam a legislação social. As acusações contra a Cia. de Fiação e Tecelagem Margagão e a Cia. Industrial Belo Horizonte feita através do Jornal Correio Mineiro, em 1933, exemplificam bem essa questão:

a - A Cia. de Fiação e Tecelagem com sede em Margagão demite o Sr. Herculano Pires, empregado da Companhia, por estar se sindicalizando

e demite outros operários por se recusarem a "assinar o protesto contra o seu camarada de mitido".¹⁷

b - Carta do leitor acusa irregularidades praticadas pelo Gerente da Fábrica de Marzagão; desconto nos vencimentos dos operários de quarenta a cinquenta mil réis para médico e farmácia; os ordenados atrasados mais de 3 meses e os operários são obrigados a comprar no armazém cujos preços são abrasivos; as estampilhas de quitação das cadernetas são por conta dos empregados.¹⁸

c - Carta do leitor empregado da Cia. Industrial Belo Horizonte: "... diferentemente do que falam por aí os serviços de médico e farmácia da Cia. Industrial Belo Horizonte não são gratuitos. Para termos direito a essas regalias temos necessidade de trabalhar mais uma hora. Os empregados da Cia. são tratados com a máxima grosseria por parte do gerente, que não liga a menor importância aos seus subalternos..."¹⁹

Em resposta à luta operária por melhores condi-

¹⁷ PERSEGUINDO os operários; uma nova denúncia contra a "Cia. de Fiação e Tecelagem". Correio Mineiro, Belo Horizonte. 24 mar. 1933. p. 7.

¹⁸ COM vistas à fiscalização do trabalho. Correio Mineiro, Belo Horizonte. 8 mar. 1933. p. 5.

¹⁹ MAIS uma reclamação contra a Cia. Industrial Belo Horizonte. Correio Mineiro, Belo Horizonte. 17 mar. 1933. p. 5.

ções de vida e trabalho, o capital lançou mão de uma série de estratégias capazes de alterar os aspectos conjunturais da relação capitalista, mantendo o seu elemento central, que é a expansão constante da acumulação de capital. A luta operária conseguiu, ao longo da primeira metade do século XX, concretizar algumas de suas reivindicações, como a diminuição da jornada e aumentos salariais, ao mesmo tempo que explicitava o conflito evidente entre trabalho e capital. Por outro lado, essa mesma luta servia como impulso para que a classe capitalista reformulasse as suas estratégias de dominação.

Para que a dominação do capital se efetivasse, era de fundamental importância a construção de discursos que representassem a sociedade como unitária, que apontassem nela a sua essência, a partir da qual tornava-se possível justificar a desigualdade social e propor normas de conduta necessárias ao interesse da classe. Definindo o mundo como natural, marcado de um lado, pela desigualdade, e de outro, pela harmonia, participando todos, capitalistas e operários, de uma comunidade de interesses, a classe empresarial pretendeu tornar geral e universal a sua visão de mundo, os seus valores e conceitos. Inseridas nesses discursos, a classe empresarial construiu todas as suas estratégias de dominação no espaço fabril, as quais se ligavam diretamente às condições de vida e trabalho dos seus empregados. Relações de favores e de concessões manifestadas no espaço fabril, através das gratificações salariais, das vilas operárias, da as

sistência médico-farmacêutica e de outros serviços, ultrapassavam o simples significado aparente de regalias doadas pelas companhias, para assumirem sua função central, numa relação paternalista em que se mesclavam punições e premiações na construção do perfil da classe trabalhadora, necessário ao processo de industrialização. O Estado, que teoricamente não assumia a questão social, reforçou a imagem do espaço fabril como espaço das relações sociais de dominação, assumindo o papel de "divulgador" dos valores essenciais da classe burguesa e mediador dos conflitos, evitando na medida do possível, a sua explosão. Analisando a plataforma de governo do Sr. Artur Bernardes, em 1921, a respeito da questão operária, a identidade de interesses entre o Estado e a classe capitalista se manifesta, reproduzindo a mesma visão da questão social:

Tendo examinado os processos para assegurar ao capital, que produz, todos os recursos de êxito e de prosperidade, cumpre não esquecer o braço que, de modo indispensável, concorre para a produção. Não temos, como nos velhos países europeus, as luctas incandescentes entre o capital e o trabalho, para as quaes aqui faltariam razões. Quando, pois, entre nós, fallamos em questão social, não devemos examinal-a pelo prisma das agitações externas, mas pela justiça das aspirações do nosso operariado rural e urbano...

*Quanto aos operários industriais necessários é facilitar-lhes habitações saudáveis e de modico aluguel, regular as condições de hygiene e segurança nas fábricas.*²⁰

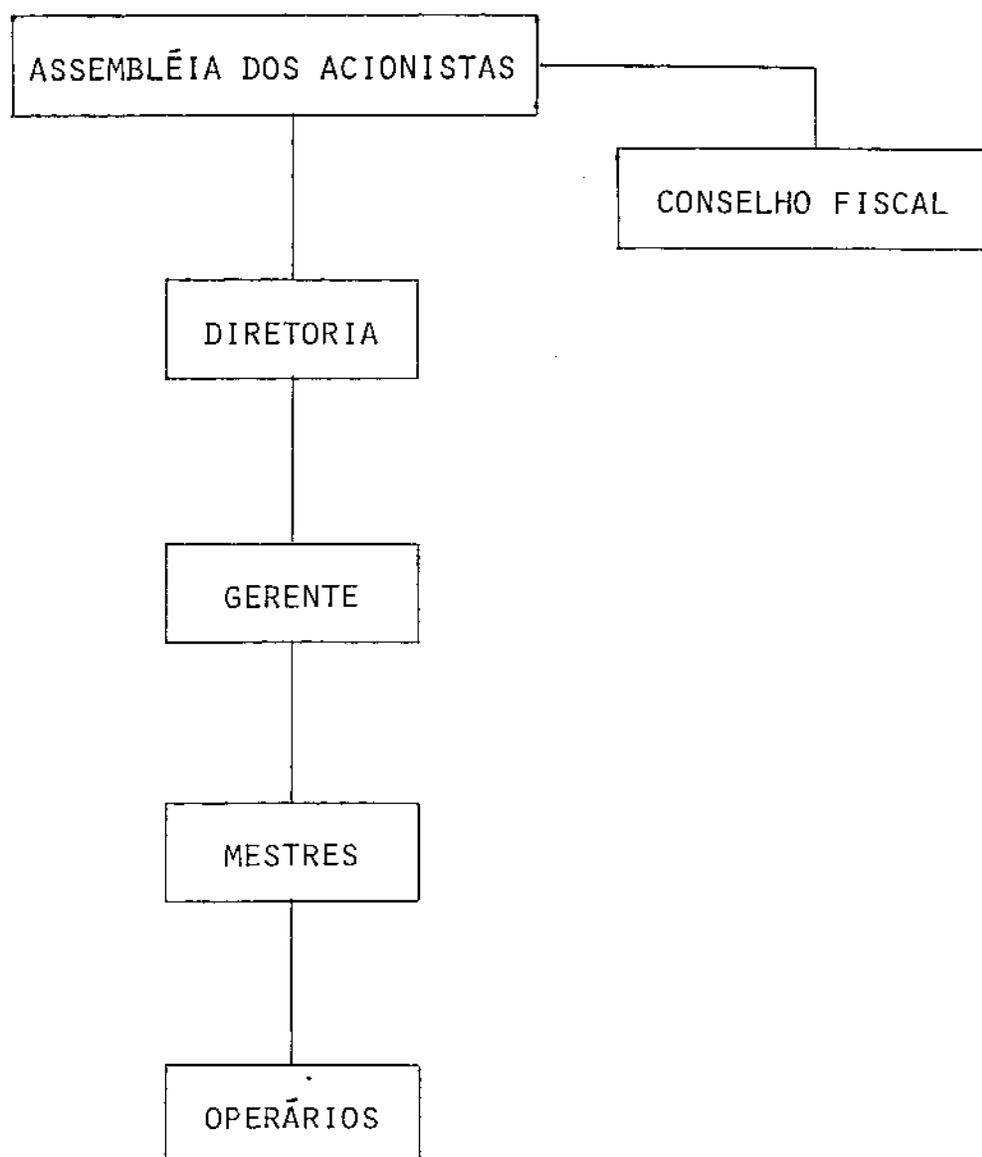
A efetivação desse discurso na sociedade e, portanto, no espaço fabril, mostrava a relação de poder presente no todo social. As relações de poder no espaço fabril devem ser entendidas em uma situação concreta em que o discurso se acoplava à prática cotidiana da ação. Os estatutos, efetivando a estrutura hierárquica de mando e o saber competente, e os regulamentos de fábrica, determinando o lugar de cada um na estrutura de produção, transformaram-se na expressão legal dessas relações de poder. Ao lado dela, a ação cotidiana do capital reforçava continuamente a relação de dominação, cedendo favores ou reforçando a autoridade hierárquica. Nessa ação legal e cotidiana, a vida da classe operária se mostrava em sua plenitude.

1.2. DOMINAÇÃO E DISCIPLINA NO ESPAÇO FABRIL

Um estudo dos estatutos das principais companhias fabris do Estado de Minas Gerais, instaladas nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, faz ressaltar o caráter da racionalidade presente na estruturação das sociedades anônimas. Em primeiro lugar definia-se a companhia,

²⁰DR. Artur Bernardes. O Operário, Belo Horizonte. 26 out. 1921. p. 1.

sua localidade, seus fins e sua duração, enquanto espaço físico destinado à fiação e tecelagem. A descrição da administração, seus cargos e funções, especificava a estrutura de mando dentro das empresas, onde a assembleia geral dos acionistas, a diretoria e a gerência compunham a escala hierárquica do poder institucionalizado:



Dessa escala, constituía objeto dos estatutos a assembleia, a diretoria e a gerência, entendido o conjunto

desses elementos como sinônimo da própria companhia, confundindo-se com ela. A assembléia era formada pelos acionistas, reunindo-se uma vez por ano a fim de tomar conhecimento dos negócios e eleger os membros da diretoria e do conselho fiscal, quando fosse o caso. O direito de voto do acionista ficava na dependência do número de ações possuídas, colocando as decisões nas mãos de um grupo de proprietários, sumamente interessados no bom andamento dos negócios, uma vez que a distribuição de dividendos tornara-se uma forma de remuneração do capital, presente em quase todos os relatórios anuais de diretoria. Os acionistas, com exceção dos que compunham a administração direta, só possuíam contato com os negócios da empresa através desses relatórios acompanhados de balanços gerais com a demonstração do movimento de lucros e perdas, cuja aprovação era de sua competência. De seus pares, a assembléia escolhia os diretores, sendo um presidente, um tesoureiro e um secretário, e o conselho fiscal, encarregado de dar seu parecer no andamento dos negócios, denunciando erros ou fraudes que pudessem afetar os interesses em jogo. Os estatutos especificavam os requisitos (número de ações) necessários a um acionista para que pudesse ser votado diretor, ficando a administração concentrada junto aos proprietários com maior número de ações.

O gerente da fábrica era um elemento essencial dentro dessa hierarquia de poder, porque ele era o elo de ligação entre a administração superior e os trabalhadores. A ele competia:

1º - *Dirigir todos os trabalhos da Companhia, vender da melhor maneira possível os productos da fábrica, prover-a de matéria prima e mais objetos de necessidade da companhia, nomear e demitir livremente os empregados que trabalham sob sua administração, marcar os ordenados e gratificações destes e assignar a folha dos empregados;*

2º - *Administrar e ter em sua guarda todos os bens móveis, removentes e de raiz da companhia;*

3º - *Administrar em fim todo o estabelecimento, que fica debaixo de sua guarda.*²¹*

Embora não ocupasse o ápice na pirâmide hierárquica da empresa, o gerente era a representação do capital no espaço fabril, onde as relações sociais de produção se efetivavam. Em uma fase em que as relações de trabalho eram regulamentadas pelo livre mecanismo do mercado, a competência do gerente de fábrica de nomear e demitir e de decidir ordenados e gratificações, fechava, no espaço fabril, a possibilidade de um controle rígido sobre o trabalhador, sua vida, seus hábitos, suas ações e seus valores, eliminando aqueles que não se enquadrassem no modelo de operário dedica

²¹ COMPANHIA FABRIL CACHOEIRA GRANDE. Estatuto. Título IV, Art. 25, 1983.

* Essas competências do gerente de fábrica se repetem na maioria dos Estatutos consultados.

do e dócil buscado pelas empresas. As relações sociais eram mediadas pelos regulamentos internos e externos de fábrica, onde se especificavam as funções dos mestres das diversas seções, funções essas que compreendiam zelar pelo bom andamento de cada uma delas, na melhor ordem possível, obedecendo as normas estabelecidas, e os deveres dos trabalhadores enquanto operários e habitantes do espaço fabril. Assim, se a gerência era objeto de capítulo especial nos estatutos, ao lado da assembléia e da diretoria, mestres e operários eram objetos dos regulamentos internos e externos, onde o poder disciplinar se efetivava na imposição das normas de conduta que deveriam reger a vida cotidiana do trabalhador no espaço da produção e fora dele, nas vilas operárias. Os regulamentos eram a expressão de uma dominação direta, que fazia uso da punição como meio de manter os indivíduos nos limites da ordem, expressa nas multas, na suspensão e na expulsão.

A dominação direta, com uso da punição, não foi a única forma de manifestação do poder disciplinar do capital nas primeiras décadas de existência efetiva da indústria têxtil no Estado de Minas Gerais. Outras estratégias disciplinares em função de um trabalhador dócil e afeito ao trabalho se mesclavam e se afirmavam de acordo com o movimento conjuntural das empresas. Nessas estratégias, dois elementos parecem-nos fundamentais: a "assistência social" e as gratificações salariais.

Entendo por "assistência social" os serviços prestados pelas empresas diretamente aos trabalhadores, como: a

escola, o armazém, o atendimento médico ou farmacêutico e a própria vila operária, pertencentes às Companhias e cujos custos eram geralmente descontados nos salários. Ao mesmo tempo em que esses serviços eram pagos pelo trabalhador, eram explorados pela empresa através da idéia de doação ou favor, eixo central de uma postura paternalista dos patrões para com seus subordinados. Essa atitude se juntava ao controle direto, legalizado pelos regulamentos, mas "suavizando" seus efeitos e efetivando um elo de dependência no espaço fabril. A escola cumpria sua missão de instruir nos deveres sociais e morais uma população considerada atrasada intelectual e moralmente pela classe patronal, e de servir de instrumento capaz de ensinar as virtudes do trabalho, indispensáveis ao bom andamento das empresas. Nesse sentido, as escolas noturnas de instrução primária para o sexo masculino, ou para ambos os sexos, poderiam contribuir para desenvolver a dedicação e o amor ao trabalho, a constância no emprego, a disciplina e a vida regrada. Nem sempre estas escolas conheceram um desenvolvimento regular, quer pela falta de professores, quer pela ausência de alunos. Deve-se considerar, no entanto, que a jornada de trabalho no início do século XX girava em torno das 10-12 horas, tendo algumas fábricas, com o advento da iluminação elétrica, instalado o trabalho noturno, como era o caso da Cia. Industrial Belo Horizonte, entre 1919 e 1921. No entanto, parece que alguma recusa ao sistema educacional existia, embora não disponhamos de fontes suficientes para a análise dessa questão. A referência ao analfabetismo e a necessidade de escolas para os operários das in-

dústrias têxteis, adultos e crianças, aparecem nos relatórios da diretoria, assim como indícios de seu não funcionamento regular:

... A directoria, tendo conhecimento de que uma grande parte de crianças e alguns adultos de ambos os sexos, empregados na fábrica, não sabiam ler nem escrever, resolveu criar uma escola mista, nocturna, no bairro do Alto da Cruz, para lhes ministrar ensino primário.

Essa escola principiou a funcionar em 10 de agosto do anno que estamos relatando... Infelizmente os resultados colhidos não são tantos quanto seria para desejar, devido à falta de frequência dos alunos matriculados, mas estamos certos de que, com o tempo, elles se habituarão.²²

Os armazéns destinavam-se a fornecer artigos de primeira necessidade aos operários das fábricas, a preços módicos, enquanto a Vila Operária significava a garantia da moradia em espaço contíguo à fábrica, o que possibilitava um trabalhador sempre disponível ao trabalho. Armazém e Casa poderiam funcionar como meios de prender o indivíduo no espaço fabril, obtendo-se a tão buscada estabilidade, um dos problemas que as empresas instaladas no interior enfrentavam quando a abertura de novas frentes de trabalho, como a

²² FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS ITACOLOMY, Ouro Preto. Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1919.

construção de Belo Horizonte, incentivava o abandono do emprego. Em algumas empresas, os lucros apurados nas vendas anuais dos armazéns destinavam-se a despesas com médicos, medicamentos e enterros dos operários; em outras, a companhia possuía também uma farmácia e se encarregava do atendimento médico periódico.

No século XX, a questão sanitária passou a ser um elemento importante na estruturação do espaço fabril. O corpo dos indivíduos, como a casa, tornou-se objeto do olhar médico, preocupadas as empresas com um estado sanitário satisfatório, que amenizasse as péssimas condições de trabalho e as jornadas extensivas e garantisse a força de trabalho efetiva. O estado sanitário se transformará, no século XX, em uma nova vertente da disciplinarização dos indivíduos sobre o seu próprio corpo e sobre o espaço em que habitavam, mediante o recurso a regras e normas ditadas por um saber competente alheio ao espaço fabril, tido como verdadeiro e neutro.

As gratificações salariais transformaram-se também em um importante elemento de manipulação do capital. Eram entendidas como "aditivo aos salários" e se inseriam no movimento cíclico das empresas, presentes em fase de conjuntura favorável. Da mesma forma que a gratificação aos operários era sintoma de períodos de lucros crescentes, as reduções salariais e a diminuição das horas de trabalho pagas eram sintomas de crise. As gratificações eram concedidas ao final do ano, muitas vezes em importância igual a do mês de

dezembro, ou fixada em porcentagem sobre o lucro líquido auferido no exercício findo. Na década de 20, essas gratificações aparecem legalizadas nos estatutos, ao lado dos fundos de reserva, depreciação de máquinas e propriedades e distribuição de dividendos.*

Em uma fase de economia liberal em que a única garantia de sobrevivência das massas operárias era a sua capacidade e o exercício efetivo do trabalho, concessões sob a forma de serviços ou remuneração assumiam uma importância capital, tanto do ponto de vista do trabalhador que usufruía delas, como do capital que se servia delas na ação política de moldar o trabalhador ideal. Por outro lado, a estruturação do espaço fabril, construída no século XIX, não era capaz de satisfazer as exigências e abafar suas reivindicações; as mudanças no âmbito das relações sociais de dominação levaram sempre a novas concessões. As primeiras décadas do século XX foram marcadas por manifestações formais da classe operária nos principais centros industriais, onde as reivindicações grevistas atestavam a luta constante dos trabalha-

* Os seguintes Estatutos mostram essa questão:

Art. 39 - § 19 - Os empregados de folha da Companhia terão anualmente 5% sobre os lucros líquidos, a título de gratificação, a qual será distribuída, proporcionalmente, na razão de seus vencimentos - Proposta de reforma dos estatutos da Companhia Industrial Pitanguyense - 20 de março de 1919.

Art. 21 - Aos lucros líquidos da companhia realizados effectivamente no anno, deduzir-se-ão: cinco por cento para "fundo de reserva", cinco por cento, no mínimo, para "depreciação de machinismos e propriedades" e cinco por cento para ser dividido, annualmente, entre os empregados de folha desta companhia, na proporção de seus ordenados; do restante a directoria proporá a distribuição do dividendo - Reforma dos Estatutos da Companhia de Tecidos Santannense, Itaúna, 20 de abril de 1919.

dores por melhores condições de vida e de trabalho. Os movimentos operários de Belo Horizonte e Juiz de Fora, nesta fase, tiveram como reivindicações principais a diminuição da jornada de trabalho e o aumento salarial. A greve de 1912, em Juiz de Fora, apresentou, como principal reivindicação, a redução da jornada de trabalho, aparecendo, em seguida, a exigência da regulamentação do trabalho do menor. Em 1920 e 1924, a questão da jornada foi pensada em relação com a questão salarial, entendendo-se que os salários baixos garantiam aos industriais uma jornada mais longa e, em decorrência, maior acumulação de capital. Em Belo Horizonte, a atuação da Confederação Católica do Trabalho, fundada em 1919, fez-se através de campanhas que visavam conseguir a limitação do trabalho diário, o descanso dominical, habitações populares e instalação de feiras livres.²³ Embora a Confederação fosse uma organização sindical que pautava sua ação nos princípios da harmonia e da cooperação social, respeitando a ordem e o poder instituído, essas campanhas vão demonstrar uma determinada forma de encaminhamento da luta através de questões que eram do operariado como um todo. Se nem todos os operários das indústrias se organizaram em movimentos grevistas, como foi o caso das fábricas que compunham a Cia. Cedro e Cachoeira, nem por isso as reivindicações operárias deixavam de estar presentes e, de alguma forma, impulsionavam as mudanças na relação de poder existente. Questões co-

²³ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. Classe operária em Juiz de Fora, uma história de lutas (1912-1914), 1984. cap. 3, 4 e Ver DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Alternativas de Comportamento Operário: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930), 1981.

mo a da aposentadoria por acidente de trabalho ou velhice, que no século XIX nunca haviam sido objeto dos relatórios da diretoria ou de deliberação da assembléia geral, passaram a ser analisadas e regulamentadas a partir do encaminhamento das petições pelos trabalhadores. Na verdade, o problema central da empresa capitalista era assegurar um índice de produtividade elevada que garantisse o processo de acumulação. Para isso, a empresa necessitava manter os trabalhadores em um grau de satisfação desejável que possibilitasse à administração fazer afirmativas, tais como:

*A Directoria tem o prazer de declarar com toda justiça e verdade, serem dignos dos maiores encomios todos os empregados e operários das duas Fábricas, sem distinção de classe ou categoria, os quaes, pela sua dedicação, disciplina e assiduidade ao trabalho merecem que se torne patente a valia e apreço em que são tidos os relevantes serviços prestados à Companhia.*²⁴

Um aprofundamento dessas questões imbricadas nas relações sociais, presentes nas indústrias têxteis, será feito através de estudo de caso. Para isso, nossa análise se deterá, nos próximos capítulos, na Companhia de Fiação e Tecelagem Cedro e Cachoeira. Essa empresa foi escolhida por sua importância no cenário industrial de Minas Gerais e pela disponibilidade de documentação que a empresa, desde os primeiros tempos, cuidou de guardar e preservar.

²⁴Relatório da Companhia Industrial de Belo Horizonte. Exercício de 1921. p. 10.

CAPÍTULO 2
A FÁBRICA E O TRABALHADOR

2.1. O HOJE E O ONTEM

"Um pássaro-preto canta numa gaiola de buriti pendente da parede da sala. Canta bonito e João acorda sem se aborrecer. O pássaro continua cantando e enquanto o operário se veste, ouve o primeiro apito da fábrica. É o apito das caldeiras. Bem que ele gostaria de descansar um pouco mais, apesar do colchão ser duro. Faz tanto frio e a casa não é forrada. Vai a cozinha tomar café. Hoje não há pão, a conta da padaria já está muito alta. Sua mulher lhe prepara uma farofinha de feijão com cebola. Manteiga? Não. Ele não perguntou por isso. Deu falta só do pão. Toma café puro enquanto come a farofa e ouve a mulher falar que o leite subiu. Subiu? Ah... tá bão.

Liga o radinho. Ouve uma música sertaneja e ouve dar as horas. Vai correndo.

Corre... Corre... diminui um pouco para cumprimentar um outro João ou uma Maria que tam-

bem vai indo para o trabalho. Ao avistar o portão da fábrica, dispara a correr novamente. Olha para o porteiro, que pode fechar a cara e o portão. Mas não fechou. Diz bom dia para alguns que também já passaram e estão no pátio da fábrica. Cumprimenta a todos que conhece... E conhece todo mundo do seu mundo... Aproxima-se do prédio, apressado como sempre, calçado de sandálias de pneu. Toma um enorme tropeção, xinga um nome que ninguém ouve por causa do barulho... Mas são peritos em ler os lábios e sabem que ele disse "diabo"!

Entra na fábrica. Faz o sinal da cruz. Liga a máquina que começa a fazer zum-zum rata-tá-tá, que dependendo do seu estado de espírito, pode ser muito diferente. As vezes parece um samba de breque ou alguma marcha alegre de carnaval ou simplesmente uma ameaça de vida: cáia morto, cáia morto, cáia morto. As horas não passam. Dá sinal para o colega que trabalha perto do relógio à longa distância e ele mostra com os dedos. "Tá é danado de cedo!" A linha embarça, rebenta e atrasa seu serviço. Reclama com o chefe, pede algodão de melhor qualidade. O estômago é relógio, marca a hora do almoço. Ele ouve assobio de um colega, para avisar que já apitou. Desliga a máquina e sai correndo para ganhar tempo.

O almoço o espera. O menino da marmitta já

está assentado na grama jogando gude embaixo da árvore. O menino pede a benção, pede dinheiro para comprar cadernos e presente para a professora. De boca cheia mesmo, ele xinga o menino e a professora. Depois se arrepende e diz para esperar até o próximo pagamento. Um colega embaixo da mesma árvore, liga um radinho de pilha que começa a dar más notícias: seu time de futebol perdeu, o café subiu, raptaram um menino da idade de um dos seus. Mas dá boas notícias também: vacinação contra sarampo e poliomielite... Continuam detetizando as casas no interior do nosso Estado...

Ouve o apito. Manda o menino para casa, ajudar a mãe, passa pito nele não sabe porquê, manda recado para sua mulher e volta mastigando um palitinho a caminho da fábrica, levando a garrafinha de café e o pequeno embrulho da merenda. Passa pelo portão, passa pelo local do tropeção e o dedo dói. Entra em sua seção quando o barulho ainda está começando, porque apenas a polia grande do gerador está em movimento. Faz o sinal da cruz, amarra um trapinho limpo no dedo machucado e começa a trabalhar. Ganha uma laranja de um amigo, descasca e reparte com o colega da direita e o da esquerda. Volta para sua máquina.

Pensa na TV que os meninos estão pedindo, no filho que vai nascer; na festa de Santo Anto-

nio, o padroeiro; nos sapatos novos que estreou na missa domingo passado... pensa... pensa.

"Ando cansado! Vou tirar férias. Mas férias? A meninada esquentava a cabeça da gente pior do que essas máquinas. A minha sogra está lá ... Mas vou tirar umas férias. Dessa vez, eu vou descansar! Mas primeiro preciso fazer o galinheiro e levantar a parede do quarto dos meninos que "tã cai que num cai". Também o chiqueiro precisa de "coberta" pro pobre do porquinho. Vou precisar comprar os bambus para o galinheiro, os adobes para a parede e o latão para o chiqueiro. Tudo isso de uma vez? Tá danado! Mas os adobes eu mesmo faço, o latão eu ganho aqui na fábrica, só vou comprar os bambus. Depois... puxa! vou pescar no Rio Paraopeba! É melhor de barco. Mas barco, eu não tenho. Vai depender dos colegas. No Rio do Chico a gente pesca de anzol do barranco. Não há perigo de areia movediça. Vou passar bem uns três dias na Lagoa Dourada. E atoleiro? Lá é danado de assombrado! Assombrado, nada! É como a "luz do alto". Ela não faz mal a ninguém. Havendo tempo, chego até Três Marias! Lagoa dos Patos! Isso é que é vida!... Vou levar o meu violão!...

Enquanto isso, as máquinas cantam como Moacyr Franco: lá... lá... lá... lá... que sejas feliz! ... Mais um dia termina.

Sonhar é viver, João! Primeiro o sonho, depois a realidade.

Outros dias estão passando. A turma da pescaria já está avisada. As máquinas, de acordo com o seu estado de espírito, continuam cantando alegres como o pássaro-preto de sua casa.

— Alguma novidade, meu conterrâneo?

— Entrei em férias! Mas estou cuidando da casa e fazendo o galinheiro nas horas vagas. A minha mulher teve uma filha. Numa casa cheio de menino danado de levado é motivo de festa a chegada da nossa Maria do Carmo. No dia 16 de julho! Até a pescaria pode ficar pra depois, né mesmo?

— E o pássaro-preto, João, como vai o alegre madrugador?

O bom cedrense deu um grande sorriso:

— Cada dia que passa, ele tá que canta mais bonito! É mesmo uma riqueza ter um bichinho desse em casa: Graças a Deus!...²⁵

Este é um conto publicado em 1978. O cenário: a fábrica do Cedro. O tema: a vida operária. O personagem: João. Na fábrica, o apito é o sinal do início e término da jornada diária de trabalho; a maquinaria impõe o ritmo da produção, apenas interrompido por problemas da própria matéria-prima, o algodão; o barulho constante, a atividade repe

²⁵RIBEIRO, Maria Helena. Gente simples de minha terra, 1978, p. 97-9.

titiva. Em casa, a precariedade da habitação, a deficiência da alimentação: não tem pão, não tem maneiga, nem leite. A vida monótona se repete. A atividade do trabalho ocupa, em casa, os períodos de descanso: é o galinheiro, a parede que desmorona, o filho que vai nascer.

Mas são vários Joões e Marias. A mesma relação fábrica-casa. Ao mesmo tempo uma identidade social. São trabalhadores têxteis, são operários de uma organização fabril que se impõe como reguladora da vida cotidiana de homens e mulheres que vivem em seu interior. À margem da imposição e favorecida por ela mesma, fecha-se um mundo de relações entre indivíduos iguais, que se identificam no local de trabalho e fora dele, nos sinais à distância, nas conversas cotidianas, na música sertaneja ou no time de futebol.

1870 - 1970 - Será que muita coisa mudou? Seria possível escrever um outro conto, sobre um outro João, se voltássemos atrás no tempo e tivéssemos, como cenário, os primórdios da industrialização brasileira, mais precisamente a implantação da indústria têxtil nos sertões de Minas Gerais? Dois contos, duas histórias? Não, se nos limitarmos a descrever, em linhas gerais, o cotidiano do trabalho e da vida operária: do penetrar na fábrica, do respeitar os valores impostos pela sociedade industrial, do morar, do vestir, do existir. Sim, se, na descrição dessas condições gerais, nos determos em analisar as especificidades da organização capitalista do trabalho, que muda as suas estratégias de dominação e controle como meio de perpetuar e fortalecer a prô

pria sociedade industrial, tal como ela é pensada pela classe burguesa, como o espaço da produção, da abundância, do trabalho.

A implantação da indústria no sertão de Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX alterou tradições e costumes de uma população eminentemente rural, acostumada a trabalhar por sua própria conta, como homens livres, responsáveis pelo seu próprio ritmo de trabalho. A sociedade disciplinar da atividade capitalista se identificava com o escravo, propriedade dos coronéis, donos de terras. Para o escravo, produtor da riqueza acumulada pelos proprietários, a disciplina se impunha pela força, que se expressava nos castigos corporais ou na figura do feitor, cuja função era a da vigilância constante. Esse trabalho escravo era o trato com a terra, a produção agrícola, mas era também a produção artesanal da transformação da matéria-prima em alimento ou vestuário. A produção de panos de algodão, destinados à vestimenta dos escravos e sacaria para a lavoura, mostra esse tipo de produção artesanal apoiado em um trabalho feito no tear manual, ainda sem o uso da maquinaria automática, o que significa uma forma artesanal de produzir dentro de um sistema produtivo, organizado em bases capitalistas.

O sistema fabril da fiação e tecelagem do algodão significou, em primeiro lugar, uma mudança quanto ao perfil do trabalhador. O escravo foi substituído pelo trabalhador livre e assalariado e, em consequência, a disciplina imposta pelo castigo foi "humanizada" na efetivação de uma cer

ta relação paternalista, estabelecida entre a empresa e seus trabalhadores e legalizada nos regulamentos de fábrica, que davam à classe patronal o direito de sanção, da advertência, da punição. Mudou a própria vida do trabalhador, que passou a ser determinada em função de sua atividade de trabalho, atividade esta que se transformou no eixo central do processo de separação dos indivíduos em "bons", "úteis", "dedicados" de um lado e "inúteis", "imprevidentes", "indisciplinados" de outro. Nos primeiros decênios da indústria têxtil, a disciplina rígida, a vigilância constante, as penas, as péssimas condições de trabalho são mescladas com um sistema de gratificações e prêmios e com um discurso que apresenta a vida, a escola, o armazém ou a farmácia como serviços prestados pela Companhia aos seus operários, numa postura assistencialista de favor.

No século XX a organização capitalista do trabalho começou a ser repensada e a estrutura disciplinar-paternalista foi substituída pela valorização de um modelo de fábrica que se assentava no espaço agradável, saudável e atraente. O apelo à ciência, principalmente à prática higienista e sanitaria dos primeiros decênios do século, muito discutida no Rio de Janeiro, foi o meio através do qual a empresa montou seus mecanismos de construção da figura do trabalhador produtivo, com as qualidades requeridas por uma sociedade ancorada num processo crescente de acumulação capitalista. A disciplina e a vigilância tomaram uma nova aparência e, através dela, o processo de dominação se apresentou de uma forma mais requintada, mais sutil. Mudanças subs

tanciais na vida cotidiana do trabalhador? Talvez melhores condições de trabalho, um ambiente mais arejado, novos hábitos de higiene, um reforço dos padrões morais de uma vida regrada, uma certa valorização do trabalhador... políticas que objetivavam contornar uma visível resistência do operário à atividade de trabalho que lhe é imposta, resistência esta não organizada, e que se manifestava no abandono do emprego pelos trabalhadores à procura de novas e melhores frentes de trabalho e na falta de mão de obra suficiente para manter os índices de produção.

É essa trajetória que vamos percorrer, detendo-nos nessas três fases específicas da sociedade do trabalho, através da história da família Mascarenhas e da Companhia de Fiação e Tecelagem Cedro e Cachoeira: a sociedade do trabalho anterior à instituição fabril, a estrutura disciplinar-paternalista dos primeiros tempos e a "construção" do modelo da fábrica higiênica no final dos primeiros dez anos do século XX.

2.2. OS TEMPOS REMOTOS

A trajetória da família Mascarenhas no Brasil²⁶

²⁶Essa trajetória apoia-se nas seguintes obras:
 COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Centenário da Fábrica do Cedro; histórico; 1872-1972. 1972.
 RANGEL, Godofredo de Sã. A indústria têxtil em Minas Gerais; o papel da família Mascarenhas; 1872-1972. 1976. Mimeo.
 TAMM, Paulo. A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas. 1940.
 ———. Uma dinastia de tecelões, 1960.

iniciou em 1778, quando Antônio Gonçalves Mascarenhas veio de Portugal, com 16 anos de idade. Aqui casou-se com Joaquina Maria da Conceição, nascendo, em 1802, o quarto filho do casal - Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas.

Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas viveu, a partir dos 12 anos, na Fazenda da Vereda, perto de Curral D'El Rei, onde desenvolveu a profissão de caldeireiro. Em função desse ofício, em 1821, foi chamado à Fazenda da Serra Negra, próximo ao arraial de Bom Jesus de Matozinhos, para cuidar da montagem de um alambique, onde, mais tarde, casou-se com Policena Moreira da Silva. Em 1824 estabeleceu-se em Taboleiro Grande (hoje Paraopeba), onde montou o "Armazém Mascarenhas", por ser lugar de passagem obrigatória das tropas que vinham da Corte para o sertão. Em 1836 adquiriu a Fazenda de São Sebastião, próximo a Taboleiro Grande. Apoiada no trabalho escravo, a fazenda destinou-se à criação de gado e à lavoura, principalmente de café. Os escravos trabalhavam também nas oficinas, nos ofícios de carpinteiro, ferreiro, alfaiate e sapateiro. O algodão plantado na fazenda era fiado, tecido e tinto pelas escravas, que trabalhavam nos teares manuais.

O trabalho escravo, neste caso, situava-se dentro da mesma organização disciplinar que marcou a instituição escravista no Brasil. A expropriação dos meios de produção e a perda da liberdade colocavam o escravo na condição de mercadoria à disposição no mercado, atendendo às exigências de mão-de-obra da produção capitalista em curso. O es-

cravo, enquanto mercadoria, era um objeto que poderia ser negociado no mercado ou mesmo "estocado" nas fazendas, mas, enquanto gente, a sua capacidade de trabalho ligava-se a um ato de decisão, de motivação, que exigia dos proprietários uma dupla ação: a de manter o escravo em condições de trabalhar ou de ser vendido, através da satisfação de suas necessidades mínimas, e a de promover um ambiente ético-moral, em que se evidenciassem as relações de submissão, de inferioridade e obediência, de dependência e gratidão. Assim, essa apropriação do escravo e da sua capacidade de trabalho exigia uma situação em que se mesclava o controle rígido da atividade de trabalho, simbolizado na figura do feitor, com uma postura humanitária. Esta postura passava pelo desenvolvimento de atitudes morais de religiosidade e obediência e pela concessão de "regalias", como o descanso semanal, as terras para pequenas plantações ou as recompensas em dinheiro. Embora o desenvolvimento tecnológico não respondesse ainda pelo aumento da produtividade, esta poderia ser atingida pelo aumento do número de trabalhadores, da área plantada ou pela intensificação do trabalho, mediante um controle rígido do tempo e da atividade. Não sendo assalariado e não tendo poder de barganha com o mercado, a fazenda tornava-se, para o escravo, o seu mundo, onde ele produzia mercadorias destinadas ao consumo local e à venda e produtos destinados a si próprio; era, também, o lugar onde ele mantinha seus próprios valores e negava a estrutura da qual era elemento essencial.

Na década de 50 do século XIX, a fazenda São Se-

bastião tinha mais de 150 escravos e vários feitores encarregados da sua guarda e disciplina.²⁷ Essa disciplina não compreendia apenas a definição da forma como a atividade de trabalho deveria se realizar, mas estava impregnada no dia a dia, em todos os momentos da vida do escravo: passava pelo controle do tempo, marcado pelo toque do sino, pela delimitação das atividades de trabalho e dos períodos de descanso desde a madrugada até o pôr-do-sol; passava pelo controle do comportamento e da atitude, marcado pela oração que "todos repetiam em coro", pela bênção que os escravos pediam a seus senhores antes de se reconhecerem, pelo incentivo à constituição da unidade familiar. Com relação ao trabalho de fiação e tecelagem do algodão, a situação não era diferente, uma vez parte componente dessa estrutura global. A produção de panos de algodão, destinada ao vestuário dos escravos e à sacaria para a lavoura, fazia parte da própria estrutura produtiva da fazenda e era feita em "13 grossos teares de pau tocados a mão pelas escravas".²⁸ A apropriação dessa produção, feita pelo trabalhador escravo, resultava na disponibilidade de uma mercadoria que era vendida em Diamantina e na própria fazenda.

Em 1884 essa produção manual deu lugar à fábrica de São Sebastião, que contou com 40 teares e 75 operárias, em sua maioria mulheres e crianças.²⁹ Por essa época, as fá

²⁷TAMM, Paulo. Uma dinastia de tecelões, 1960, p. 69.

²⁸TAMM, Paulo. *Ibidem*, p. 77.

²⁹RANGEL, Godofredo de Sá. *Ibidem*, p. 28.

bricas do Cedro e da Cachoeira, em funcionamento desde a década de 70, já haviam mostrado à família Mascarenhas ser a indústria têxtil um empreendimento sumamente lucrativo. A administração da fábrica de São Sebastião foi exercida por D. Policena Mascarenhas, a Dindinha, ficando a comercialização a cargo da Companhia Cedro e Cachoeira. Em obra escrita em 1940, Paulo Tamm assim se refere ao trabalho na fábrica de São Sebastião:

A grande maioria dos 75 operários que trabalhavam na fábrica era composta de moças que Dindinha socorria... Do salário de suas moças Dindinha, com alta e nobre compreensão do que fazia, retirava a parcela de 9\$000 mensais para alimentação, descontava as despesas de vestuário e guardava o restante que ficava em seu poder, numa meticulosa escrituração feita pelo Victor. Assim, cientes desses pequenos descontos, aquelas humildes moças podiam ter o orgulho, enormemente benéfico, de saber que se alimentavam e se vestiam à custa do próprio trabalho. E educadas naquele ambiente, muitas delas, cujo futuro, sem a incomparável Dindinha, seria talvez uma interrogação, se casaram e organizaram seu lar, levando já um pequenino pecúlio que Victor lhes entregava — o qual tinha sido ganho por elas próprias graças ao espírito superior de sua benfeitora — e se tornaram ótimas esposas e mães.¹⁰

³⁰ Tamm, Paulo. *Ibidem*, p. 110.

A instalação da fábrica significou a adoção do trabalhador livre e assalariado, a alteração da base técnica artesanal para a maquinaria, dentro da mesma organização disciplinar que já caracterizava as atividades de plantação e de oficina na fazenda, nos anos anteriores. Essa organização disciplinar apoiou-se na idéia da assistência social e do trabalho como atividade naturalmente necessária, compondo o discurso da harmonia da sociedade capitalista, que necessitava de um trabalhador disciplinado no espaço de trabalho e fora dele. Moldar o comportamento na esfera da produção e na atividade livre enquanto "esposa e mãe" continuou a ser o fundamento da organização capitalista do trabalho.

2.3. AS UNIDADES FABRIS

As instalações das fábricas do Cedro e da Cachoeira se inserem em um momento geral de constituição do sistema fabril no Brasil e de expansão da indústria têxtil nas regiões de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1866 existiam 9 fábricas têxteis de algodão no Brasil, sendo 5 na Bahia, o primeiro centro têxtil de algodão do país. A partir dessa data, há uma expansão rápida, acusando o ano de 1885, 42 fábricas, a maioria concentrada no centro-sul.³¹ As fábricas formavam uma unidade de produção integrada, reunindo todas as operações, desde a fiação até o acabamento, e um complexo em que vida e trabalho se

³¹ STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. 1850/1950, 1979. p. 35-36.

misturavam, uma vez que a distribuição do espaço dentro da empresa dizia respeito, não só à fábrica em si, mas ao local da moradia, do consumo, da instrução, do lazer. Os trabalhadores, em sua maioria, eram não-especializados e os empresários acreditavam, de modo geral, que eles eram dóceis, ignorantes e carentes de orientação.³²

Em 1872 a fábrica do Cedro começou a funcionar sob a firma "Mascarenhas e Irmãos", formada por Antônio Cândido, Caetano e Bernardo, com maquinismo importado dos Estados Unidos, cujo contrato de compra especificava a vinda de um maquinista para assentamento e manejo das máquinas. A criação da fábrica foi proposta de Bernardo Mascarenhas aos irmãos, para aplicação de um capital que o Major Mascarenhas doava a cada filho que completasse 18 anos. A localização da fábrica em Taboleiro Grande foi exigência de Antônio Cândido para consentir em fazer parte dessa sociedade, o que acarretou problemas no transporte do maquinário pela deficiência das vias de comunicação. A opção quanto ao maquinismo e quanto à transmissão da força motriz foi do próprio Bernardo, que escolheu a roda d'água, aproveitando a queda d'água no Córrego do Cedro. Para que a fábrica funcionasse, era necessário não só a construção do edifício destinado à produção, do açude, do rego e do bicamente, mas também das residências destinadas a todo pessoal, gerente e operários. A fábrica começou a funcionar com 18 teares e 70 operários, entre homens, mulheres e crianças.³³

³² STEIN, Stanley. *Ibidem*, p. 63.

³³ RANGEL, Godofredo de Sá. *Ibidem*, p. 41.

Em 1877 entrou em funcionamento a fábrica da Cachoeira, sob a firma "Mascarenhas Irmãos e Barbosa", de propriedade de Pacífico, Francisco e Victor Mascarenhas e Luis Augusto Vianna Barbosa.³⁴ A fábrica foi estruturada por Bernardo Mascarenhas, um dos fundadores do Cedro, sendo de sua autoria a planta da fábrica, enviada de Manchester, em decorrência de sua viagem a Europa e Estados Unidos para examinar as máquinas e as indústrias têxteis em funcionamento. O maquinismo também veio de Manchester, com exceção de 3 filatórios, dos EUA. A fábrica começou a funcionar com 52 teares, com transmissão acionada por turbina hidráulica e não roda, como no Cedro.

Em 1882 o governo imperial sancionou a nova lei de Sociedade Anônima e, em 1883, constituiu-se a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, pela união das fábricas do Cedro e da Cachoeira, como a primeira sociedade anônima brasileira. A partir de 1884, a Companhia atraiu a atenção de outros parentes e iniciou-se um movimento de compra e venda de ações, sempre dentro do âmbito familiar.³⁵ A sede era a fábrica do Cedro.

A partir dessa fusão, teve início um processo de expansão da grande empresa, intercalada com alguns períodos de crise, o que não chegou a alterar sua trajetória como uma das grandes indústrias têxteis nacionais e, particularmente, do Estado de Minas Gerais, até os dias atuais. Em 1891 a Companhia Cedro e Cachoeira adquiriu a fábrica de São Vicente, fundada por volta de 1888, perto de Jequitibá, com todo

³⁴ RANGEL, Godofredo de Sá. *Ibidem*, p. 61.

³⁵ RANGEL, Godofredo de Sá. *Ibidem*, p. 61.

o maquinismo, acessórios e matéria-prima, compreendida a fazenda de cultura. A fábrica de São Vicente só entrou em funcionamento em 1894, depois de reorganizada, passando o número de teares de 40 para 100 e com 150 operários.³⁶ Com a compra desta fábrica, a Companhia passou a contar com 3 unidades e São Vicente tornou-se, assim como as outras unida-des, em um complexo unitário, compreendendo, da fábrica à Vila Operária, todo um aparato de serviços destinados a manter os operários sob controle.

A localização geográfica das unidades fabris que formaram a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira é um elemento importante a ser considerado no entendimento do tipo de estrutura fabril que se constituiu nas diversas localidades.

A fábrica do Cedro foi construída na freguesia de Taboleiro Grande (Paraopeba), aproximadamente a 3 km da sede urbana, na localidade hoje denominada Caetanópolis. A instalação da fábrica exigiu a compra da Fazenda da Ponte, onde se localizava a queda d'água, cujo potencial colocaria o maquinismo em funcionamento. Portanto, o Cedro significou a instalação de uma unidade fabril em meio rural onde, de um lado, as dificuldades de comunicação e transporte eram enormes e, de outro, havia a facilidade de mão-de-obra disponível e abundância de matéria-prima, tendo o algodão da própria região suprido as necessidades da empresa nos primeiros tempos. A povoação em Caetanópolis desenvolveu-se em função

³⁶COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Centenário da Fábrica do Cedro; Histórico; 1872-1972. 1972. p. 151 e 154.

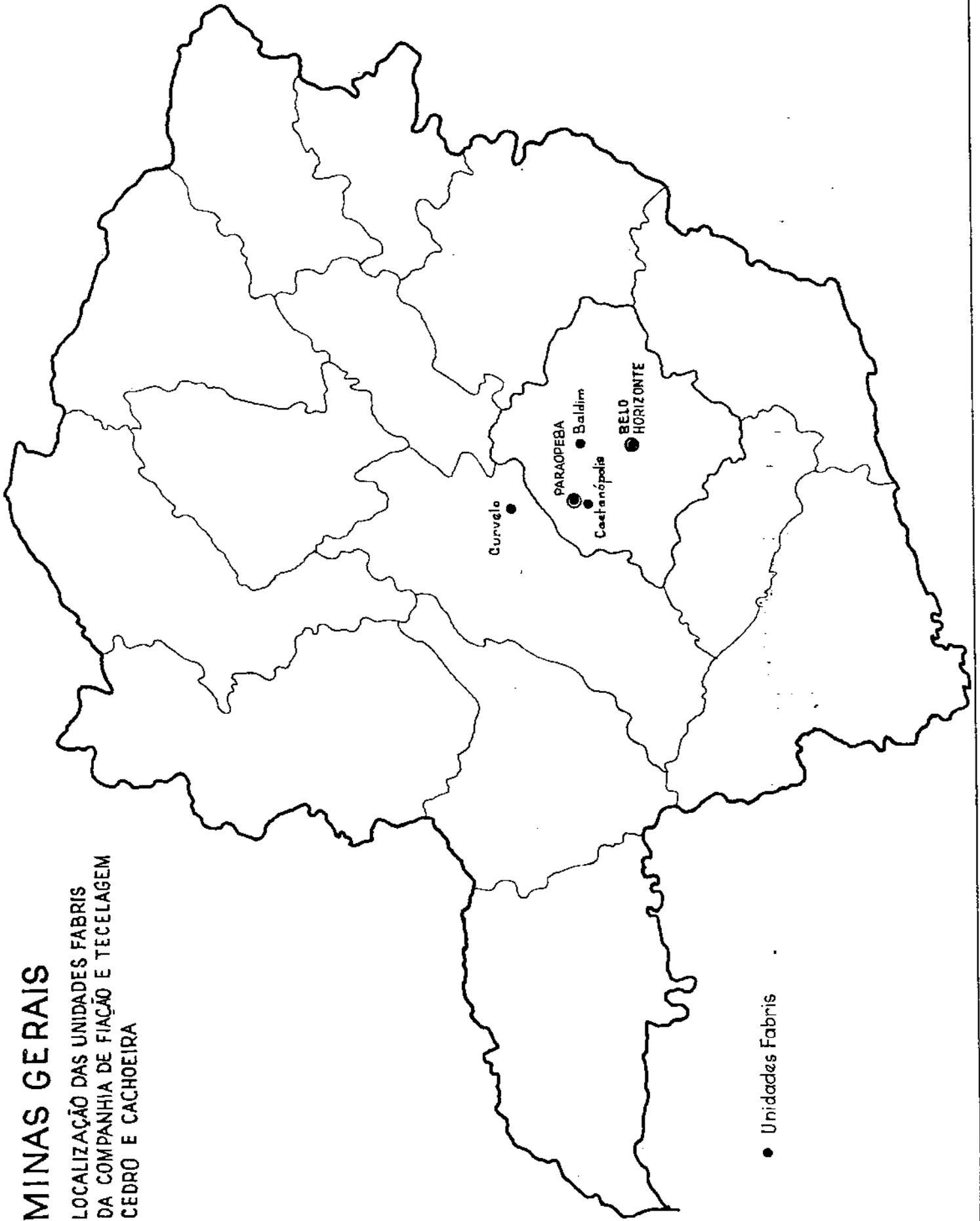
das atividades fabris, transformando-se a empresa em fonte de emprego para a população e em meio de sobrevivência para uma grande parcela dos habitantes da área rural, fornecedores de algodão para a Companhia. A própria denominação de Caetanópolis surge do nome do Cel. Caetano Mascarenhas, que ocupou os cargos de gerente-geral e gerente de fábrica do Cedro de 1901 a 1912. Essa localização geográfica, escolhida para a construção da fábrica, exigiu que a vila operária fosse prevista nos planos iniciais e no levantamento dos R\$ 150 contos de réis, capital inicial da sociedade feita entre Bernardo, Caetano e Antônio Mascarenhas: além da sede da Fazenda da Ponte, não existia ali nenhuma casa e, por isso, a construção do edifício da fábrica foi concomitante com a das residências destinadas ao pessoal.

A fábrica da Cachoeira instalou-se em fazenda do mesmo nome, de propriedade de Luis Augusto Viana Barbosa. Este, Victor, Pacífico e Francisco Mascarenhas constituíram nova sociedade. A nova fábrica ficava 9 km distante de Curvelo, em zona também produtora de algodão e suprida de queda d'água. São Vicente, fábrica adquirida pela família Mascarenhas, localizava-se perto do Cedro, em Baldim, a 2 km de Pau Grosso. Baldim também foi uma povoação urbana que se desenvolveu em função das atividades da fábrica, colocada como única opção de emprego para a população (Figura 1).

O estabelecimento dessas unidades fabris em área rural, com povoamento disperso, pode ter contribuído para reforçar o tipo de relação que se estabeleceu entre o operário

MINAS GERAIS

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES FABRIS
DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM
CEDRO E CACHOEIRA



● Unidades Fabris

e a empresa, exigindo a existência de toda uma infra-estrutura de funcionamento. A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, que se constituiu em 1883, era um complexo unitário, formado de fábricas, moradias de operários, escolas, hotel (para hospedagem de clientes e viajantes), convento (lugar das moças solteiras) e armazém (fornecedor de mercadorias aos operários). Essa situação favorecia o desenvolvimento de um mecanismo de disciplina fabril, apoiado na construção de um trabalhador dócil, com dedicação extrema ao trabalho, e de uma relação de dependência, em que o comportamento era o parâmetro para a segurança do emprego e para a possibilidade de sua extensão aos membros da família.

Na opinião de Godofredo de Sá Rangel³⁷ uma outra questão também estava em jogo nessa estrutura: uma vez que o trabalhador era assalariado, parte substancial do que ele recebia voltava para o empregador, sob a forma de aluguel, de compra de gêneros alimentícios, vestuário ou medicamentos, evitando-se uma saída monetária. Um processo que favorecia a centralização do capital, transformando-se numa outra vertente de apropriação dos frutos do trabalho.

Por outro lado, se a localização geográfica contribuiu para amadurecer um tipo de relação de dependência e submissão no espaço fabril, ela não é sua determinante. Controle e vigilância direta do trabalhador, atitudes paternalistas do capital, estratégias patronais montadas através do recurso à ciência marcaram o desenvolvimento do capitalismo na sua fase monopolista. Do despotismo de fábrica, e a sepa

³⁷RANGEL, Godofredo de Sá. *Ibidem*, p. 12.

ração violenta que ocasiona entre o operário e o processo de produção, à "democracia" na produção, com a sua política de enriquecimento das tarefas e participação operária, assistimos a mudanças constantes nas estratégias capitalistas, com o objetivo de mediar a relação social capital-trabalho e, se possível, substituir a noção de conflito pela da convivência harmônica, apoiada na complementação de interesses. Embora a organização capitalista do trabalho mude em sua aparência, esta mudança só pode ser compreendida em função da necessidade de manutenção das características de produtividade elevada, racionalização da produção e rendimento máximo, garantias do processo de acumulação. Na análise da fábrica, André Gorz afirma que "se o operário tivesse sua palavra a dizer sobre o objetivo e desenvolvimento do processo de trabalho, a acumulação de capital cessaria de ser a finalidade dominante da produção - ela seria subordinada - ou contraposta - a outros objetivos, tais como a satisfação e o interesse pelo trabalho, sua utilidade, o valor de uso dos produtos, o aumento do tempo livre, etc... Em outras palavras, a acumulação do capital só pode ser maximizada se for imposta aos operários como uma exigência de fora, à qual todas as outras exigências devem ser subordinadas."³⁸

³⁸ GORZ, André. O despotismo de fábrica e suas consequências.
In ———. Crítica da divisão do trabalho, 1980. p. 82.

CAPÍTULO 3

O PODER DISCIPLINAR NO ESPAÇO DA FÁBRICA

3.1. O ESPAÇO FABRIL

Como já ressaltamos, o espaço fabril, que compunha cada unidade pertencente à Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, era formado pelo prédio da fábrica, pelas habitações e por uma série de serviços de uso coletivo, como a escola, o armazém, o convento e o hotel.

No Cedro, as casas dos operários estendiam-se em linha reta, à direita e à esquerda da fábrica, formando as edificações, em plano inclinado, um extenso quadrilongo aberto pelo lado superior onde situava-se a entrada.³⁹ O Regulamento para os operários da fábrica do Cedro determinava as condições de vida nessa vila operária, a partir de especificações disciplinares que pudessem, na perspectiva patronal, garantir a harmonia no espaço de moradia assim como na atividade do trabalho. A casa era o símbolo da privacidade da família, instituição basilar da sociedade, e sua importância não residia na sua presença material, mas na possibilidade de um espaço trabalhado nos princípios da ordem, da regula-

³⁹ MEMÓRIA Histórica e Topographica sobre o Município de Curvelo, 1881.
p. 27.

ridade, do respeito à propriedade do outro. A noção do público se opunha ao privado quando o regulamento proibia em casa, nas ruas e praças, "jogos, batuques ou reuniões imorais, bebedeiras, desordens, espancamentos" como elementos nocivos ao todo fabril reforçando a categoria do público. Ao mesmo tempo, a defesa da privacidade da casa, da família e de seus pertences, mostrava a importância do privado na construção do ambiente fabril harmônico. A ordem interna e externa da fábrica, portanto também no local de moradia, era o objetivo em função do qual o público e o privado ora se contrapunham, ora se completavam na possibilidade de uma sociedade sem confrontos, unidade na atividade do trabalho fabril, que uns realizavam e outros comandavam. Assim, se de um lado o "sossego público" - principalmente depois das nove horas da noite - era um bem comum a ser preservado, de outro, o respeito à família individualizada e ao uso particularizado de seus pertences individuais - onde se inclui a própria casa alugada da fábrica - significava a valorização do bem particular e de sua função no espaço comum.

Uma vez que casa e família se identificavam, outras formas de alojamento deveriam abrigar trabalhadores solteiros e viajantes.

Levando-se em conta o número de mulheres na força de trabalho total, que oscilava entre 43% a 45% nos primeiros tempos, o Convento foi de grande importância nessa data. Ele constituía-se em uma forma de pensionato para moças solteiras, que viviam ali enclausuradas sob a supervisão

de uma abadessa e nele nenhum operário podia entrar. Em 1887 o convento existente na fábrica da Cachoeira abrigava 70 pessoas.⁴⁰ Já em 1898, o convento era questionado no Relatório da Diretoria como um serviço que só trazia "incômodos" e "inconvenientes". Como a mão-de-obra feminina constituía a maior parte do pessoal empregado na fábrica e esta necessitava aumentar o número de tecelãs, nessa época, a opção só poderia recair sobre as mulheres casadas, o que significava a construção de mais casas destinadas às famílias operárias e a afirmação da instituição familiar como exemplo da ordem e da harmonia.

Em uma outra categoria, o hotel destinava-se a hospedar viajantes, fornecendo a Companhia "móvelia, roupa, louça e bateria de cozinha", de acordo com decisão da diretoria ao aprovar a montagem de um hotel em 1897. O viajante não era considerado como um trabalhador do espaço de produção e sua condição superior era efetivada na existência do contrato, que não era usual para o operário, e no salário: em 1872, o jornal do operário adulto variava entre rs. 800 e 1\$200, enquanto um viajante recebia 1\$000, mais despesas de viagem e uma comissão sobre as vendas.⁴¹ Essas despesas de viagem passaram a correr, em 1875, por conta do próprio viajante. Devemos levar em conta ainda que esse viajante era um elemento essencial na distribuição da mercadoria, um elo de

⁴⁰ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, referente ao ano de 1887.

⁴¹ Livro Borrador de Mascarenhas Irmãos, 1872.

ligação entre a produção e o mercado, ponto essencial na realização do processo de acumulação.

Quanto aos outros serviços coletivos, pouca referência foi encontrada na documentação pesquisada. As escolas eram noturnas, divididas as aulas por sexo tanto na Cedro como na Cachoeira, com ensino de "leitura elementar, doutrina, escrita e aritmética".⁴² Essas escolas tiveram o seu desenvolvimento um tanto irregular, com referências ao seu não funcionamento durante alguns meses do ano por falta de professor. Apesar disso, o Ofício à Câmara Municipal de Sete Lagoas fala que 63 dos 130 empregados da fábrica do Cedro sabiam ler e escrever. Em 1888 foi instalada no Cedro uma escola Pública para ambos os sexos, continuando a funcionar as aulas noturnas da Companhia; outra escola mista, sustentada pelo Estado, foi instalada também na Cachoeira em 1889. A escola da fábrica não era obrigatória e pela impossibilidade de somar ao tempo de trabalho outras atividades, poucos estudavam.

Merece destaque entre os serviços coletivos a instalação dos armazéns. Seu objetivo era de assegurar ao operariado a regularidade no abastecimento de gêneros. Em 1889, o armazém da fábrica do Cedro já estava em funcionamento. Na assembléia geral dos acionistas, em março desse ano, foi proposta a criação de outro na Cachoeira, nas mesmas condições, o que foi rejeitado, ficando aprovado, nessa ocasião, a au-

⁴² COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, referente ao ano de 1887.

torização de demarcar nos terrenos da fábrica "lugar" onde outras pessoas pudessem construir casas ou abrir negócios. Em 1892 a diretoria cria em cada fábrica "um estabelecimento onde os gêneros de primeira necessidade sejam vendidos aos operários".⁴³ O lucro auferido nesses estabelecimentos seria "destinado a caixas de socorros para tratamentos dos empregados doentes e dos que se inutilizarem no serviço".⁴⁴ A preocupação da Companhia em encontrar medidas que atenuassem os problemas internos, entre eles as moléstias e os acidentes de trabalho, insere-se numa fase em que a relação entre o capitalista e o trabalhador se fazia de forma direta, ficando a cargo da empresa elaborar os mecanismos de socorro que possibilitassem a presença de uma força de trabalho ativa. Por outro lado, oferecer compensações sob a forma de serviços era uma ação política efetuada pela empresa no sentido de criar um operário contente, de reforçar o vínculo de dependência entre ele e a companhia, servindo-se da especificidade do meio em que as fábricas foram construídas, cuja contrapartida deveria ser a estabilidade no emprego e o empenho na tarefa diária. Nos primeiros anos parece que esses armazéns não funcionaram a contento, no ponto de vista da diretoria, pela falta de víveres, pelas dívidas contraídas pelos operários, pela perda dos gêneros mais caros. Em 1895, o armazém da fábrica do Cedro passou a efetuar as suas vendas exclusivamente a dinheiro, em função das dívidas contraí

⁴³ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas referente ao ano de 1892.

⁴⁴ *Ibidem*.

das "que afinal não sendo solvidas redundam em prejuízo para a Companhia".⁴⁵ No mesmo esquema do armazém, a farmácia fornecia remédios ao pessoal da fábrica, com o valor de compra descontados nos pagamentos.

Essa forma de estruturar o espaço fabril parece ter sido comum no início da industrialização brasileira. As fábricas em São Paulo, nessa fase, apresentavam um espaço semelhante. As vilas operárias foram comuns, mantendo uma classe trabalhadora sempre próxima do local de trabalho e criando outra válvula de acumulação, através do aluguel, descontado no salário. Através das vilas, o controle do trabalhador ultrapassava o espaço da produção e atingia o cotidiano. Raquel Rolnik muito bem analisou essa situação em São Paulo,⁴⁶ particularmente as chamadas vilas-cidadelas onde, junto às moradias, existia um rol de equipamentos coletivos (escolas, farmácias, creches, igrejas, etc)., geridos pela direção das fábricas. Era o caso da Vila Maria Zélia, da Companhia Nacional de Tecidos, ou da Vila Clark, da Indústria Clark de Calçados. Segundo a autora: "A Vila cidadela funciona como um verdadeiro laboratório de uma sociedade disciplinar. Combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa é o exemplo mais claro e sofisticado de constituição do trabalhador submisso ao capital. Se na longa fila de máquinas geometricamente ordenadas, organização racional do espaço de fábrica, o olhar vigilante

⁴⁵COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, referente ao ano de 1895.

⁴⁶ROLNIK, Raquel. Cada um em seu lugar! (São Paulo início da industrialização: geográfica do poder). 1981.

dos mestres e contramestres indica o lugar e os gestos de cada operário; este olhar e esta razão não se dissipam ao final da jornada de trabalho. Fora da fábrica tudo continua igual, é a mesma lei de ferro da fábrica que está presente na habitação. Não basta o trabalho coletivo heterônomo; é preciso criar também uma vida coletiva heterônoma para que nelas os trabalhadores aprendam como devem existir, o que devem beber, a que horas devem dormir, em que lugar e com quem farão cada atividade, do que devem brincar, o que devem pensar, o que devem desejar. E assim, se produz um servo: limpo, disciplinado e racional".⁴⁷

No espaço fabril resta-nos analisar o seu eixo básico: a fábrica. As condições de trabalho eram penosas, com uma jornada que ficava em torno das 12 horas diárias, das 6 da manhã às 6 da tarde,* com prédios mal iluminados e com pouca ventilação. Os acidentes de trabalho, principalmente no descaroador, foram registrados nos relatórios desde os inícios da Companhia e continuaram sendo registrados na mesma forma, em 1925, quando, por exemplo, "o aprendiz José Fernandes perdeu um braço nas serras do descaroador". Talvez o prolongamento excessivo de tempo de trabalho na fábrica explique a constância dos acidentes de trabalho, quando vã-

⁴⁷ Ibidem, p. 77.

*Nessa jornada de 12 horas, existiam os intervalos para almoço e café, ficando o tempo de trabalho em torno de 11 horas. A vida era difícil; os operários não tinham sapatos, no máximo chinelos. Em época de frio intenso enrolava-se um pano nos pés para esquentar e trabalhar: a fábrica era fria com piso de assoalho alto - Informações fornecidas por um antigo operário da fábrica, que começou a trabalhar em 1912.

rias mutilações físicas ocorrem nas máquinas. Alguns desses acidentes chegaram a ser registrados pela imprensa:

"A 22 deste foi apanhado por uma machina e morreo instantaneamente, na fãbrica do Cedro, o operario Antõnio Sant'Anna. Na lucta do industrialismo atual em que cada qual quer produzir mais e mais barato, o pobre é sempre o sacrificado e bom é quando as empresas não deixam perecer na miséria os desherdados que ficam".⁴⁸

Dois documentos importantes para a compreensão do espaço da produção são o "Plano para a fãbrica de tecidos da Cachoeira", de 1875, e a "Planta para o aumento da fãbrica da Cachoeira", de 1883. A planta para a fãbrica da Cachoeira, firma Mascarenhas & Barbosa, foi feita por Bernardo Mascarenhas quando de sua viagem pela Europa e Estados Unidos, a fim de conhecer e estudar o funcionamento das fãbricas de tecidos ali existentes. A planta foi enviada de Manchester, com data de 2 de fevereiro de 1875, e mostra um espaço fabril maior do que a primitiva fãbrica do Cedro, que começou a funcionar com 18 teares: o plano para a construção da Cachoeira previa já 52 teares e uma área total de construção aproximada de 1.095.00 m².

O espaço da fãbrica era constituído em um único prédio, onde as etapas de fiação, tecelagem e acabamento se sucediam, acompanhando no espaço físico a seqüência da pro

⁴⁸A NOVA ERA. Taboleiro Grande/Minas Gerais. 27 set. 1906. p. 2.

dução. Do descaroçador ao filatório, ocupando toda a ala esquerda do prédio, encontramos a distribuição das máquinas acompanhando as sub-fases de preparação para fiação e fiação propriamente dita. Da urdideira ao tear, o setor de tecelagem ocupava mais o lado direito do prédio. Fiação e tecelagem assim distribuídas, sem divisões internas, ressaltavam a característica de unidade produtora concentrada, com equipamentos e transmissões acionados por uma turbina hidráulica e não por roda d'água, como havia sido por ocasião do funcionamento da fábrica do Cedro. A etapa final de acabamento ocupava a menor parcela desse espaço físico, considerando-se que a estamparia ainda não existia e só começaria a ser montada em 1906, no Cedro, entrando em funcionamento em 1907 (Figura 2).

Essas etapas da produção têxtil, que correspondem à forma como o espaço físico das fábricas era distribuído, mostram o processo de transformação da matéria-prima (algodão) em tecidos acabados, através de três etapas conexas e, ao mesmo tempo, independentes entre si. Na descrição de Vera Maria Cândido Pereira,⁴⁹ inicialmente as fibras passam por processos mecânicos de limpeza e paralelização, depois são transformadas em fios contínuos e regulares de diâmetros pre-determinados, ao serem submetidas a processos de estiramento e torção; o tecido é produzido pelo entrelaçamento de fios verticais e horizontais numa superfície plana, contínua e consistente; o acabamento consiste em dar ao tecido cru, vin-

⁴⁹ PEREIRA, Vera Maria Cândido. O coração da fábrica; estudo de caso entre operários têxteis. 1979. p. 49-50.

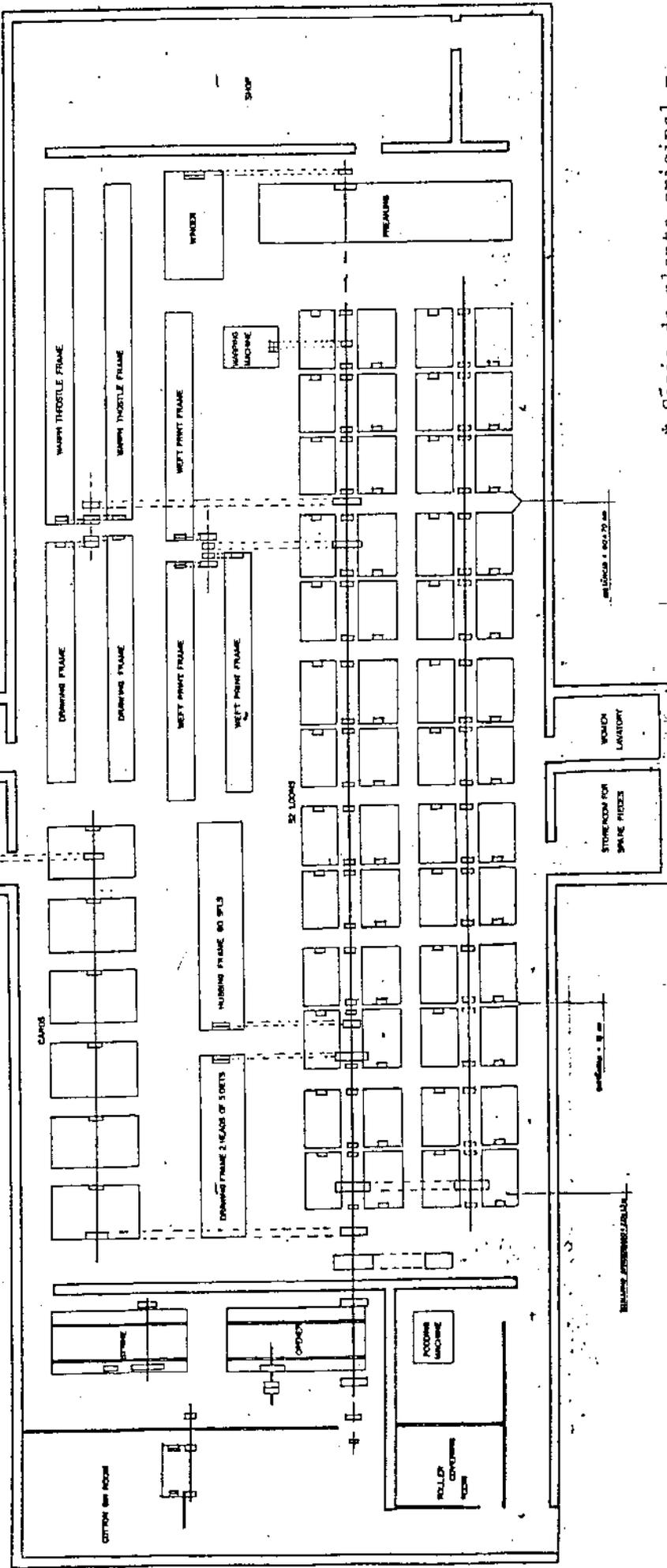
PLANTA DA FÁBRICA DA CACHOEIRA *

FIGURA 2

1375

entirety of the legend is in the original

- SHOP - Oficina
- OPENER - Abre-velas
- COTTON DIX - Desacromosador
- STRIPPER - Batedor
- GRINDER - Amolgador
- MEN'S LAVATORY - Lavatório Masculino
- ROLLER COVERING - Embalagem
- LOADING - Torre
- WET PRINT FRAME - Quadro de impressão úmida
- WARP THROSTLE FRAME - Quadro de preparação
- DRIPPING FRAME - Quadro de drenagem
- WET PRINT FRAME - Quadro de impressão úmida
- WINDING MACHINE - Máquina de enrolar
- WINDER - Enrolador
- PRELIMING - Preparação
- WASHING MACHINE - Máquina de lavar
- 52 LOOMS - 52 tearados
- DRIPPING FRAME 2 SEAS OF SIKETS - Quadro de drenagem com 2 saídas de sílica
- NUSSING FRAME 80 SPS - Quadro de nuessão com 80 SPS
- STORAGE ROOM FOR SPINNING PIECES - Sala de armazenamento de peças de fiação
- WOMEN'S LAVATORY - Lavatório feminino
- ROLLER COVERING MACHINE - Máquina de enrolar
- WOMEN'S LAVATORY - Lavatório feminino
- STORAGE ROOM FOR SPINNING PIECES - Sala de armazenamento de peças de fiação
- WOMEN'S LAVATORY - Lavatório feminino



* Cópia da planta original -
Museu do Cedro/Caetanópolis/M.G.

PLANO PARA A FÁBRICA DE TECIDOS DA CACHOEIRA

Mascarenhas & Barbosa

ESCALA 1/4 DE TAVEL PLOTADA POR 1/2
EDUARDO MASCARENHAS MACHADO E FÉLIX DE BRITO
MÁS DE CACHOEIRA - 1930 DE J.

do da tecelagem, características de produto acabado. Cada uma das etapas de fiação, tecelagem e acabamento se subdividem internamente em fases, também independentes entre si. Na fiação, a preparação compreende os abridores, batedores, cardas (limpeza e paralelização), passadores e maçarocqueira (paralelização e estiramento) para fios cardados e penteadeira, para fios penteados (eliminação das fibras mais curtas, homogeneização) e fiação propriamente dita, com os filatórios. Na tecelagem, a preparação compreende as conicaleiras (enrolamento dos fios em bobinas maiores e de maior capacidade), urdimento (preparação do rolo de entrada no tear), engomagem, espuladeira (preparação da espula, rolinho de fios que entra na lançadeira do tear convencional), remeteção (montagem dos fios do urdimento no quadro de liços do tear) e tecelagem propriamente dita, com os teares. No acabamento, o beneficiamento compreende a mercerização, alveamento, tinturaria, secagem, estamparia, vaporização, durante as quais são aplicados tratamentos especiais, objetivando a largura do tecido, impermeabilização, encolhimento, etc.

Todas essas sub-fases, particularmente no acabamento, não estavam presentes na planta da Cachoeira de 1875, embora o processo global de transformação do algodão em tecido ali se efetivasse. Em 1883 foi feita a planta para o aumento da fábrica, comportando o novo espaço 110 teares, o que praticamente dobrava o tamanho da fábrica, agora com uma área aproximada de 1.944.00 m². Mantinha-se a característica de espaço único concentrado, sem separação entre as seções

(Figura 3). Uma análise superficial dessas duas plantas pode indicar ao observador que a descrição do processo de produção têxtil centra-se no encadeamento das máquinas, correspondendo suas fases aos processos parciais de transformação da matéria-prima, cujo resultado final será um produto acabado. O produzir se transforma, assim, em uma ação objetiva da máquina, na qual centra-se a atenção do capitalista, preocupado com o seu desgaste e com a necessidade de sua constante atualização/renovação, para manter índices de produtividade crescentes e condições de concorrência no mercado. Muito mais do que uma seqüência de maquinismos, o processo de produção é, antes de mais nada, um processo de trabalho cujo sujeito é o operário, responsável pela sua operacionalização e vigilância. Este operário, por sua vez, não conta como força individual, mas como trabalho coletivizado, onde as condições pessoais de habilidade e ritmo próprio desaparecem, cedendo lugar a uma uniformização a partir do nivelamento dos indivíduos dentro de uma mesma categoria - a de trabalhadores não qualificados, a quem é preciso ensinar as virtudes do trabalhador ideal e treinar nas atividades cotidianas requeridas pela produção fabril.

Se tomarmos como parâmetro para análise o "Regulamento Interno da Fábrica do Cedro", esse nivelamento se revela quando o trabalhador não aparece nele como sujeito que tem especificados seus direitos e suas funções, mas como objeto da fiscalização do mestre geral e dos mestres das diversas repartições. O regulamento institucionalizava a hierar-

quia existente no espaço da produção, estabelecendo entre o mestre geral e o operário uma gama de funções de vigilância intermediária, assumidas pelos mestres de fiação, urdume, teares, preparação, tintureiro, ferreiro e carpinteiro.

Na verdade, o que tínhamos acima do operário que vigiava a máquina era o trabalhador que vigiava o operário, garantindo a produção e preservando o maquinário como elemento essencial dela.

3.3. FUNÇÕES E SALÁRIOS

Um estudo das funções e salários nas fábricas da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira nos remete à separação entre trabalho qualificado e não qualificado. As funções ligadas à administração, como gerente-geral e gerente de fábrica, provinham dos próprios membros da família Mascarenhas. Em geral, o trabalhador qualificado tinha seu contrato acertado, recebia salário por dia, além de passagem de ida e volta — se estrangeiro — e, às vezes, alimentação. O contrato não era usual para o operário, sendo sua obrigação cumprir o regulamento, e a remuneração variava de acordo com a ocupação, entre salário-tarefa, onde a produtividade poderia ser medida, e salário-hora, nas demais ocupações. As fábricas empregavam grande número de mulheres e crianças, cujos salários eram inferiores ao do homem adulto, possibilitando uma redução do capital destinado à remuneração da força de trabalho.

O contrato de compra das máquinas para a fábrica do Cedro previa a vinda de "um maquinista, habilitado para o assentamento e manejo de todas as máquinas" por um período de 2 anos, com remuneração de 5 dólares por dia, passagem de ida e volta e moradia por conta da fábrica. Essa remuneração, de acordo com as relações de trabalho estabelecidas, cobriria apenas os dias de atividade, significando os feriados e as faltas, mesmo por moléstia, a perda do direito ao salário. O contrato previa ainda, caso não fosse possível encontrar um só maquinista para o trabalho de filatório e teares, que se engajassem um outro "para o trabalho dos teares, à razão de dois e meio dólares pouco mais ou menos e contrato por um ano".

Em cumprimento a esse contrato vieram o Sr. Barnes e o Sr. James A. Nicholson. O primeiro ficou pouco tempo, registrando o Diário nº 1 um pagamento de 4\$20\$000 por 42 dias de trabalho. O Sr. Nicholson, que havia chegado em fevereiro de 1872, acertou em setembro um outro contrato, passando a receber 14\$000 o dia - 7 dólares ouro cotado a 2\$000 - sendo 5 dólares por seu trabalho e 2 dólares para Margareth, sua mulher (encarregada de dar instruções na arte de preparar e tecer algodão), além de moradia e "refeições de primeira, não incluindo vinhos". Nessa mesma data, o salário diário de um operário adulto variava entre 800 e 1\$000; um carpinteiro recebia 3\$000 por dia e um pedreiro 1\$000.⁵⁰ Acontece que, entre um maquinista qualificado e um operário, existia uma diferença fundamental: enquanto, no primeiro caso, a disponi-

⁵⁰ Livro Borrador de Mascarenhas Irmãos, 1872.

bilidade de profissionais no mercado era limitada, ocasionando a vinda de estrangeiros e, mais tarde, a oferta de condições vantajosas e trabalhadores empregados em outras fábricas, no segundo, o problema consistia apenas em aproveitar indivíduos, treinando-os na atividade fabril, uma vez disponíveis no mercado de trabalho. Essa diferença na oferta de condições de trabalho vai continuar nos contratos posteriores, efetivando um tipo de trabalhador qualificado, que se aproximava muito mais da direção do que do operário não qualificado.

Com relação ao operário de fábrica, se observarmos a listagem do pessoal e sua remuneração, a relação entre função e salário fica evidente. É interessante a constatação desse fato na relação dos operários da fábrica da Cachoeira em 1884:

Relação do Pessoal e função dos operários da Fábrica da Cachoeira - 1884.

PESSOAL TÉCNICO

1 mestre inglês de fiação e concertos - 7.000 réis diários

1 as. de teares e caldeireiro - 5.000 réis diários

19 spinning Jobber - 100 réis por hora

29 as. - 700 réis diários

1 Loon - Jobber - 84 réis por hora

OPERÁRIOS

DESCAROÇADOR

1 descaroçador - 42 réis por hora

1 ajudante - 34 réis por hora

ABRIDOR PICKER

1 operário - 67 réis por hora
1 as. - 42 réis por hora

CARDAS

1 operário - 67 réis por hora

DRAWING

1 as. - 67 réis por hora

SLUBBER

1 as. - 42 réis por hora

ROVINGS

1 as. - 50 réis por hora
1 as. - 42 réis por hora

FILATÓRIOS

de 34 réis para baixo

WINDINGS

de 42 réis para baixo

WARPINGS

1 operário hábil - 84 réis por hora

SIZINGS

2 as. a 125 réis por hora cada um
Um destes operários, trabalha em diversas máquinas quando
há falta de operário.

ENFIAÇÃO

34 rs. para baixo

CALHANDRA

1 operário - 67 rs. por hora

TEARES

Tecidos Lisos - 17 rs. por metro

Trançados - 30 rs. por metro

Fantasia - 23 rs. por metro

Nos lisos paga-se a 20 réis por metro ao operário que tece 200 metros em mais T e 250 nos mais.

PREPARADOR DE MOENDAS

1 as. - 67 réis

REPARTIÇÃO DE MEDIR

1 chefe - contratado por 4 anos, a 1.400 rs. diários nos dois primeiros anos e 1.500 nos dois últimos.

1 ajudante - 34 rs. por hora

VAPOR

1º foguista - 84 réis por hora

2º foguista - 67 réis por hora

CARPINTEIRO

1 chefe - 125 réis por hora

Os mais a 84 réis

Fonte: COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado em 9 de março de 1885, referente ao ano de 1884.*

Nessa relação evidencia-se o predomínio do salário por hora, sendo esta forma de remuneração aplicada aos operários e ajudantes das seções do descaroçador, abridores, cardas, filatórios e outros. Na ocupação, cuja tarefa poderia ser controlada não pelo tempo, mas pela produção, a forma salário passava a estar intimamente ligada com a produtividade apresentada, como nos teares, em que o trabalho era

*Segundo esse relatório, o pessoal empregado na fábrica da Cachoeira era de 141 operários sendo 20 homens, 62 mulheres, 35 meninos e 24 meninas.

pago por metro produzido. Os salários diários eram pagos aos cargos de chefia e supervisão, como ao mestre de fiação, mestre de teares, chefe de medição e preparação de panos, e estabelecidos em contrato de 4 anos, retendo-se parte de seus salários no escritório da Companhia para garantia deste contrato.

O salário ficava na dependência direta das horas efetivamente trabalhadas, o que significava que o período de não-trabalho, embora necessário à reprodução da capacidade ativa do operário, não era remunerado. E não só os períodos normais de não-trabalho, mas a própria jornada que, por questões circunstanciais, era interrompida, deixava de ser paga. Em 1890, a fábrica da Cachoeira atravessou um período de seca intensa, o que acarretou a diminuição de quatro horas diárias de trabalho, resultando em perda para os operários.

Em referência a essa mesma situação no Cedro, ou seja, um período de grande seca na região, o relato da romancista Maria Helena Ribeiro é bastante significativo:

Em outubro fazia sete meses que no Cedro não chovia... A Fábrica do Cedro teve que parar temporariamente, pois a pequena quantidade de água que caía não era suficiente para movimentar a contento a roda d'água. Os prejuízos não atingiam somente os proprietários, mas também os operários, porque se não trabalhavam não recebiam os seus vencimentos.

Em consequência da seca - a escassez de

água potável. O povo, pouco esclarecido, bebia águas estagnadas, portadoras de micróbios de muitos males, inclusive o tifo. A calamidade era geral. Quase não havia, no Cedro, uma choupana onde não se encontrasse pelo menos um doente. As pessoas que tinham atividades ligadas à Fábrica estavam com seus negócios paralizados. Assim, o povo do Cedro não possuía dinheiro e nem mantimentos para a suficiente manutenção. A pobreza aumentou e o prato comum dos cedrenses era feijão e mandioca, que também é geralmente conhecida nesta região por pão-da-terra...⁵¹

Em momento de crise a empresa, proprietária das fábricas, das máquinas, das matérias-primas, repassava diretamente ao operário os prejuízos, advindos da paralização, como se a relação capital-trabalho fosse uma relação entre iguais, em que a interrupção da geração de capitais na produção afetasse os dois lados em questão. No entanto, o trabalhador não era, e não é co-participante do processo de acumulação; ele não era, e não é, proprietário da empresa e, portanto, não tinha dividendos a receber: a aparência da igualdade da relação cedia lugar à subordinação da força de trabalho às exigências do capital. Nessa perspectiva eram os operários, que tinham na fábrica a sua fonte de subsistência, os primeiros a sofrer os efeitos em momentos de crise. Não só eles dependiam da fábrica, mas a maioria dos habitantes do Cedro e suas redondezas, que vendiam lenha ou algo-

⁵¹RIBEIRO, Maria Helena. Fazenda da Ponte, 1968. p. 121-122.

dão para a Companhia: "o povo do Cedro não possuía dinheiro e nem mantimentos para a suficiente manutenção".

A relação da Companhia com o operariado sempre esteve ligada à evolução dos negócios, significando as fases de depressão uma alteração para menos nos salários ou uma dispensa deliberada de pessoal, como meios de contenção de gastos. Se a definição dos salários era uma atribuição da Diretoria, como rezava o Estatuto, e não existia uma definição geral a nível estadual e federal, isto possibilitava uma ação manipulativa por parte da administração, jogando com aumentos e reduções de acordo com a conjuntura. Em 1891 foi deliberado um aumento de 20% nos salários dos operários,⁵² reconhecendo-se o aumento geral dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Em 1894, na fase mais crítica da seca que atingiu a região do Cedro, a Companhia pagava aos operários meio salário nas paradas por falta d'água.⁵³ Em dezembro de 1913, conjuntura de crise, a redução dos operários e dos salários foi uma medida recomendada pela diretoria: as fábricas do Cedro e da Cachoeira deixaram de funcionar aos sábados e a de São Vicente em três dias da semana.⁵⁴ Quatro meses depois, a Diretoria decretou a paralização do trabalho em São Vicente e redução gradativa no Cedro. Essa situação prolongou-se até 1916, quando o trabalho alcançou ritmo nor

⁵² COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria referente ao ano de 1891.

⁵³ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Centenário da Fábrica do Cedro; histórico 1872-1972. 1972. p. 158.

⁵⁴ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Ata da reunião da Diretoria. 22 dez. 1913.

mal, em horário completo.

Além dessa política de salários, a ação da Diretoria se fazia sentir também na definição das gratificações e nas concessões de auxílio, que iniciaram o sistema de aposentadoria da década de 20. Ao lado do aumento esporádico dos salários como estímulo à estabilidade do trabalhador, as gratificações funcionavam como elemento primordial na estrutura paternalista do início do século. Sua função só pode ser entendida como complementação de rendimentos, doada em determinadas circunstâncias, como em 1905, quando a empresa estava empenhada na construção de um "pessoal dócil e dedicado", em 1920-22, época de conjuntura favorável, ou 1933, cinquentenário da Companhia. A gratificação, que poderia ser em dinheiro ou tecido, reforçava, de um lado, a atitude paternalista e humanitária do capital que, de outro, esperava, do trabalhador, uma resposta positiva de enquadramento aos seus princípios, valores e normas.

Da mesma forma que as gratificações, as concessões de auxílios pecuniários dependia da boa vontade da administração, uma vez que nem o Estatuto fazia referência à matéria. A primeira vez que um relatório fez menção à necessidade de assistência ao trabalhador foi em 1891, ligado à ocorrência de um acidente de trabalho com um operário, chefe de família, que perdeu um braço trabalhando no descarregador:

Para tais casos seria muitíssimo humanitário qualquer medida que a Companhia tomasse para atenuar dificuldades a esses que invalidam-se em seu serviço.

Até esse momento não existia nenhuma forma de assistência ao operário inválido, como era regra geral. Além da preocupação, atitudes concretas na linha dos auxílios monetários só se efetivaram na década de 20. Em janeiro de 1921, a diretoria deliberou aposentar quatro operários da fábrica da Cachoeira com vencimentos de 30\$000 mensais cada um. Em fevereiro de 1922, mais dois operários da Cachoeira foram aposentados com vencimentos de 70\$000 e 50\$000 mensais. Nesse mesmo ano de 1922, a Assembléia Geral dos Acionistas encarregou o Conselho Fiscal de fazer um regulamento sobre o assunto e autorizou, ao mesmo tempo, o gerente da fábrica do Cedro a deliberar sobre o pedido de aposentadoria de dois operários.

Os auxílios eram dados de acordo com uma quantidade estipulada por mês, ou de uma só vez, de acordo com o entendimento, pela Assembléia Geral, do pedido de solicitação. Em 1927 foi concedida aposentadoria a Velusiano Alves dos Reis Rezende, que justificou o seu pedido "por se achar doente e estar em serviço durante 44 anos tendo a Assembléia concedido um auxílio de 100\$000 mensais enquanto convier a juízo da administração da Companhia". Essas concessões estavam, portanto, também ligadas ao movimento cíclico conjuntural da empresa. Em 1930 a Diretoria recusava, em função do quadro de crise, a concessão de aposentadoria a dois operários e determinava uma revisão das aposentadorias; em 1932 o operário Joaquim Felix, da fábrica da Cachoeira, foi aposentado, recebendo 70\$000 mensais.

Uma vez que a organização capitalista se estruturava, transformando a vida na fábrica em uma relação de poder que objetivava o controle total do comportamento do operário, a definição da política salarial e de seus complementos não poderia fugir ao seu controle, já que o Estado não assumia diretamente a questão social, como porta-voz dessa organização. Por outro lado, o próprio mecanismo de mercado capitalista pressionava no sentido dos aumentos salariais, pois a oferta de melhores salários ou outras oportunidades de emprego afetariam a tão procurada estabilidade do operário que, embora não qualificado, já havia ultrapassado a sua fase de aprendizagem e já estava adaptado ao ambiente fabril. Os incentivos de qualquer ordem, por sua vez, precisavam ser renovados periodicamente e nisso as gratificações cumpriram um papel importante e estiveram presentes, em formas variadas, durante os primeiros 50 anos da empresa. Interessante observar que, nessa relação de poder trabalhada na perspectiva da doação, as solicitações de auxílio e aposentadoria, que marcaram a década de 20, partiram do próprio operário, que encaminhava o seu pedido para deliberação da administração. Apesar da Caixa Econômica idealizada por Bernardo Mascarenhas, em cujas cadernetas os operários teriam creditados prêmios, gratificações e depósitos, constituindo um fundo para velhice, apesar dos lucros dos armazéns serem "destinados a caixas de socorros para tratamento dos empregados doentes e dos que se inutilizarem no serviço", isso não significava uma política deliberada de assistência social ao trabalhador, capaz de garantir a ele direitos de an

temão estatuídos, mas sim uma afirmação da postura liberal da classe capitalista que, corroborando com a inexistência de uma legislação especial do trabalho, garantia o seu domínio absoluto dentro de cada empresa. Na década de 20, a intervenção do Estado nas questões do trabalho começou a se fazer presente e, em 1923, foram criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os empregados das companhias de estradas de ferro. Foi exatamente nessa fase que a diretoria da Companhia Cedro e Cachoeira enfrentou o problema da aposentadoria, tratando-o ainda na linha individualista da empresa, até que a década posterior substituiu esse individualismo pelas determinações gerais da legislação trabalhista.

3.3. CONTROLE DISCIPLINAR E ATITUDE PATERNALISTA*

A fábrica do Cedro foi pensada, desde a sua construção, como um espaço em que trabalho e vida operária se identificavam, o que foi facilitado pela sua localização geográfica, em meio rural, e que provavelmente acarretava a necessidade de "ajustar" o trabalhador à atividade disciplinada do sistema fabril:

Imaginemos, agora, há um século, em pleno sertão de Minas, onde ninguém poderia sequer vislumbrar o que significava o trabalho industrial, a transformação que se deveria operar em cada trabalhador para dotá-lo dos conhecimentos ne

*Uma primeira análise, das questões discutidas nesse item, foi apresentada no XIII Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, em julho de 1985. A comunicação foi publicada na Revista Brasileira de História, São Paulo, 6 (11): 63-73, set/fev. 1985/1986.

*cessários ao exercício de sua função, à proteção das máquinas, a de sua própria pessoa contra acidentes; fazê-lo compreender e aceitar a disciplina. Transformá-lo em trabalhador da indústria, disciplinado, diligente, cômico dos seus deveres e apto a cumprí-los, eis o grande trabalho a ser executado daí por diante, pelos dirigentes da Fábrica do Cedro. Dessa transformação dependia a boa utilização do maquinismo e a eficiência com que os trabalhadores desempenhariam suas funções.*⁵⁵

Nessa perspectiva patronal, ficava explícita a vinculação da organização fabril com um dado conceito de trabalho ligado a subordinação do trabalhador às novas exigências da atividade industrial. A organização capitalista de produção impunha novas condições ao mundo do trabalho e, nele, o operário, enquanto homem livre e assalariado, via sendo construído o modelo da sociedade exemplar. Esse modelo que norteou a criação da fábrica do Cedro, apoiado na disciplinarização do espaço da produção e na sujeição do trabalhador, estaria presente na constituição do sistema fabril no Brasil como um todo. A fábrica só seria vitoriosa se correspondesse às necessidades da acumulação e, nisso, a máquina teve uma função primordial como mecanismo de sujeição e de expropriação: através dela, o capital se personificava como algo acima e inatingível.

⁵⁵ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Centenário da Fábrica do Cedro; histórico - 1872-1972. 1972. p. 66.

Por volta de 1875, o engenheiro inglês James W. Weels, em visita à fábrica do Cedro, observou:

... Em tudo imperava um método e uma ordem perfeitos. O barulho das máquinas e a excelente disciplina mantida nas seções de trabalho era outra cena inédita que encontrávamos no interior de Minas.

... Todos (os operários) pareciam contentes e felizes, vestiam-se decentemente, eram econômicos, dedicados ao trabalho, sóbrios, de bom procedimento e mantinham suas residências em ordem e perfeitamente asseadas.

Que grande transformação o trabalho e a disciplina tinham operado naquela gente! Que diferença entre a vida que levavam agora e a que levavam antes — imprevidentes, inúteis e quase famintos...⁵⁶

A referência aos valores burgueses de disciplina, ordem, organização e trabalho é explícita nessa citação. Valores esses que se pretendia fossem universais e cuja introjeção se daria de forma gradativa e continuada. A referência à "vida que levavam antes" nos faz supor que uma certa alteração de tradições culturais aconteceu, na medida em que essa população pobre de meio rural foi engajada no processo de produção fabril. Inclusive as referências ao não adestramento desse trabalhador e à "falta de educação industrial", pre

⁵⁶WEELS, James W. Três milhas através do Brasil. In TAMM, Paulo. Uma di-
nastia de tecelões. 1960. p. 187-8.

sentes no ofício endereçado à Câmara Municipal de Sete Lagoas em 1882*, sugerem-nos que a necessidade de enquadrar o trabalhador livre nas novas condições de trabalho constituiu um problema, levando-se em conta a disponibilidade de braços. O grande número de menores empregados na fábrica, acompanhando uma tendência geral da indústria têxtil nacional, tornava o adestramento ainda mais necessário. Acontece que disciplinar o trabalhador para o espaço da produção e deixá-lo livre fora dele nessa conjuntura não resultaria na introjeção dos valores constituídos e a fábrica passou, então, a cuidar de toda a vida de seus empregados, fornecendo-lhes casa na Vila Operária, alimentação e vestuário no armazém da Companhia, assistência médica, educação com a criação das escolas noturnas, além de ditar as normas de conduta, substanciadas no regulamento interno e externo da fábrica.

O regulamento da fábrica era a expressão do espaço hierarquicamente organizado e disciplinado e sua execução transformou-se numa estratégia inserida no movimento geral de moralização do espaço fabril. A presença dos mestres e contra-mestres como peças fundamentais da estrutura hierár-

*O ofício dirigido à Câmara Municipal de Sete Lagoas em 13 de março de 1882, respondendo questionário por ela formulado, diz no seu item 109: "Não houve dificuldade para reunir-se o Capital e nem tão pouco encontraria se a firma quisesse aumentar a fábrica. Não houve dificuldade em encontrar braços para o trabalho, os quais, porém, ressentem-se muito da falta de educação industrial; os mestres são geralmente ingleses, os quais, ganham 6.000 rs. diários e dificilmente se aclimatam no País. A única dificuldade para aquisição de maquinismos é o frete que é pesadíssimo e moroso do Rio de Janeiro até o local da fábrica".

Esse documento encontra-se transcrito em Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, Centenário da Fábrica do Cedro, p. 88-90.

quica, simbolizando o mundo, o controle e a vigilância sobre o trabalhador, foi uma característica geral da indústria têxtil brasileira neste período. A facilidade na imposição da disciplina nas fábricas pode estar ligada à própria composição da força de trabalho com grande número de mulheres e crianças, não pela incapacidade da resistência ou do conflito, mas pela transposição, para o espaço da produção, de uma situação de submissão e autoridade a que esses elementos já estavam subordinados em todos os aspectos da vida social.

O "Regulamento para os operários da fábrica do Cedro", existente desde os seus primeiros anos, é um exemplo típico dessa estratégia. O documento compunha-se do regulamento externo, onde eram enumeradas as proibições fora do espaço da produção, determinando a conduta do trabalhador enquanto habitante do espaço fabril, e do regulamento interno, onde se especificava o que era proibido na fábrica. O "é permitido" não fazia parte desse regulamento. O documento especificava ainda as obrigações do mestre geral e dos mestres das diversas repartições da fábrica.

A fábrica era dividida em oito seções, acompanhando as etapas da produção de tecidos, ou seja, Portaria, Fiação, Urdume, Tecelagem, Preparação, Tinturaria, Ferraria e Carpintaria. O processo de vigilância e hierarquia existia em função dessa repartição. Um esquema da estrutura de mando da fábrica teria, no ápice, o gerente-geral, seguindo-se, em ordem decrescente, o mestre geral e os mestres das diversas repartições. Ao mestre geral, subordinado às ordens do

gerente de fábrica, competia fiscalizar as oito repartições da fábrica. Era de sua competência, de acordo com "Das Obrigações do Mestre Geral de Repartição, no Serviço da Fábrica", fazer cumprir o regulamento...

2º... repreendendo aos empregados negligentes ou mal procedidos, sujeitando-os a multas nas contravenções e enviar os incorrigíveis ao escritório do gerente para os fins convenientes.

3º - Percorrer assiduamente e fiscalizar com minuciosidade todos os serviços das diversas repartições tendo em vista a boa ordem e organização do trabalho...

4º - Fazer com que haja toda pontualidade nas horas de chamada e saída - e que estejam todos em seus lugares, devendo ser dos primeiros e apresentar-se na fábrica e dos últimos a retirar-se.

Essa última obrigação mostra-nos bem a importância da função de mestre-geral, a quem não competia a produção direta da mercadoria, mas das condições satisfatórias para que essa produção pudesse se realizar. E nessa função corriam em auxílio os mestres das diversas repartições a quem competia, também, o fazer cumprir as disposições do regulamento, punindo os infratores. Condições satisfatórias para a produção referiam-se "a boa ordem e organização do trabalho", limpeza e manutenção de máquinas e transmissão. O processo de vigilância se apresentava, assim, em uma primeira

leitura, sobre as condições materiais da produção. Tomemos como exemplo o que "Compete ao Mestre de Fiação":

3º — Fiscalizar cuidadosamente, amiudadas vezes, todo o maquinismo e transmissões, tendo todo o maquinismo na melhor ordem de trabalho, prevenindo o mais possível o estrago da matéria-prima, não consentindo pelo assoalho, algodão limpo ou maçarocas, enfim trazer tudo na melhor ordem e limpeza.

O controle aparece neste item de forma um tanto impessoal, recaindo sobre a maquinaria responsável pelo ritmo e volume da produção. Como a maquinaria, enquanto desenvolvimento tecnológico aplicado ao sistema de fábrica, não pode ser desligada da sua operação, a vigilância sobre a máquina nada mais era do que a vigilância sobre o trabalhador, sujeito também responsável pela ordem e limpeza da fábrica.

Os itens que compunham o regulamento externo diziam respeito à manutenção da ordem, à defesa da propriedade da empresa e à formação de um espaço higiênico e privativo. A preservação da propriedade passava pela proibição em invadir quintais ou casas, subtrair frutas, galinhas, roupas ou qualquer objeto (art. 2º), cortar ou maltratar as árvores e praças (art. 4º), rabiscar paredes (art. 5º), quebrar vidros de janelas, telhas, muros e cercas (art. 6º), utilizar-se de imóveis, materiais, ferramentas, utensílios, lenhas ou quaisquer objetos pertencentes à fábrica (art. 12º). A preocupação com a higiene passava pelo combate às imundi-

ces, águas estagnadas e criação de animais: essa higiene era necessária à manutenção de um estado sanitário satisfatório, de forma a tornar o trabalhador disponível com sua capacidade de trabalho regular. A moralização do espaço fabril compreendia também a existência de uma vida regrada, sem excessos, porque, na verdade, formar o operário disciplinado para o trabalho significava "ensinar" ao homem novos hábitos que o levassem a valorizar a sua privacidade e a dos outros, a família, a autoridade, a honestidade e o valor do trabalho. A vida regrada, associada à manutenção da ordem, estava explicitamente referida nos artigos 1º e 8º, onde era proibido:

Art. 1º - Consentir ou dar em casa jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo mais que perturbar o sossego público.

.....
Art. 8º - Fazer algazarras pelas ruas, praças ou casas, perturbando o sossego público — principalmente depois das nove horas da noite.

Para todos os artigos do regulamento externo eram previstas penas que iam da multa à expulsão.

O regulamento interno iniciava-se pela afirmação da organização hierárquica da fábrica, sendo proibido faltar com o respeito aos superiores. A preocupação com a defesa da propriedade privada da empresa continuava uma constante (quebrar vidraças, estragar paredes, estragar fios ou sub

trair objetos) ao lado do estabelecimento do espaço higiênico. Continuava a mesma previsão de penas que iam da multa à expulsão em caso de reincidência continuada. Interessante observar o conteúdo do artigo 3º:

É proibida na fábrica:

... 3º — Brigar, espancar, promover conflitos.

Nesse, como nos casos da desobediência à hierarquia e à proibição de fumar, não existia, como pena, a multa, mas simplesmente a expulsão para os desobedientes adultos e correção, dos menores por seus pais ou tutores. O espaço da produção devia ser construído como o lugar da harmonia e a obrigação ao trabalho passava por uma série de itens capazes de corrigir as irregularidades na constância da atividade. Assim era proibido ao trabalhador:

4º — Deixar seu lugar, máquina ou repartição, para passear ou conversar com outras pessoas de outras máquinas ou repartições.

.....

10º — Passar de uma para outras repartições sem autorização dos mestres.

11º — Escrever, ler livros, jornais ou outra qualquer distração incompatível com a boa ordem do trabalho.

12º — Trabalhar assentado ou qualquer posição inconveniente — trabalhar em qualquer outro serviço estranho aos interesses da fábrica.

130 — *Falhar, sem dar aviso ao Mestre Geral, que só concederá licença por moléstia.*

O sistema fabril precisava contar com um resultado previsível, uma dada quantidade de mercadoria em dado espaço de tempo, o que só poderia ser feito se os hábitos de trabalho fossem regulares. Nesse momento de constituição de um mercado de trabalho formado por homens livres, os regulamentos internos "desempenharam um papel fundamental na constituição das relações de dominação no interior da unidade produtiva ao definirem regras de conduta, instaurarem códigos de penalidade, de punições e prêmios, de modo a gerirem nos mínimos detalhes todos os movimentos do trabalhador."⁵⁷

Essa política disciplinar que caracterizou a unidade fabril nos primeiros tempos foi assumida pela Companhia Cedro e Cachoeira após sua constituição. Nela também a estrutura disciplina foi mesclada com certa atitude paternalista. Só que, agora, acima dos gerentes de fábrica, situava-se a diretoria, a quem cabia a administração geral. Entre as várias competências da Diretoria, o Estatuto de 1883 enumerava:

.....
Art. 21 - À diretoria compete:

4º — Nomear os gerentes, que tomem a seu cargo a direcção e serviços das fabricas sociaes, e os demais empregados que precisos sejam, assim como

⁵⁷ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fê, sem lei, sem rei*. Campinas, UNICAMP, 1984. (Tese, mestrado). p. 31.

suspendel-os, multal-os e demittil-os, marcar-lhes os respectivos salários, deveres e atribuições, podendo delegar nos gerentes quaesquer das atribuições que lhe pertencem e entenda confiar-lhes

5º — *Expedir ordens, instruções ou regulamentos sobre o desempenho do serviço e negocio sociaes, guardando sempre as disposições da lei e dos presentes estatutos.*⁵⁸

Apesar da existência da Assemblêia Geral dos Acionistas, administrar a Companhia e garantir, através dessa ação, os privilégios ao capital, ficou sendo uma função da diretoria e dos gerentes de fábrica, tendo esses um papel essencial pelo contato direto com a organização produtiva da fábrica.

Se, por um lado, as relações de dominação aconteceram pela definição de regras, códigos de penalidades e punições por outro, a diretoria cuidou também de desenvolver um sistema de prêmios e gratificações, incentivos à efetivação de um trabalhador regular, cuja ausência se constituía em um dos grandes problemas da Companhia.

O primeiro relatório da Diretoria, referente ao ano de 1883, mostrava a preocupação da direção da empresa com a instabilidade e a não-habilidade do pessoal empregado nas fábricas, comprometendo não só a quantidade, mas a qualidade da produção. A fixação do trabalhador à sua atividade na fábrica por um longo período e, ao mesmo tempo, a sua

⁵⁸ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Estatutos. 1883.

dedicação ao trabalho, seriam as formas de corrigir essa preocupação. Foi apresentada, então, a proposta de sistema de prêmios anuais gradativos, pagos de cinco em cinco anos aos operários que concluíssem cinco anos de serviço efetivo, sendo as primeiras gratificações maiores que as seguintes. Esses prêmios não deveriam ser pagos em dinheiro, mas em cadernetas de juro, onde o operário deveria depositar uma pequena quantia ao fim de cada mês.

Em uma fase em que a relação entre o capitalista e o trabalhador dava-se de forma direta, a apresentação de uma relação "humanista" entre a direção e o trabalhador poderia ser eficiente à medida em que as próprias condições da relação de dominação a favorecia. A remuneração do trabalhador, nessa fase, recaía apenas sobre suas horas efetivamente trabalhadas, o que significava dificuldades nas condições de sobrevivência, se a atividade do trabalho não se realizasse: o salário, garantia da reprodução da força de trabalho, só chegaria às mãos do trabalhador se ele estivesse em atividade e os períodos de paralização da fábrica, ou a velhice, se apresentavam com fases negativas, possíveis de serem exploradas pela empresa na perspectiva da construção da idéia de concessão ou ação humanitária. Nas palavras de Bernardo Mascarenhas:

Parece-me Srs. Acionistas, que com estas medidas prudentemente postas em practica, além de um serviço eminente ente humanitário, conseguiremos alcançar mais entabilidade, mais habili

*tação, melhor bem estar e, portanto, melhores serviços e mais devotação no pessoal, resultando daí o aumento e melhoramento na fabricação que sem dúvida compensarão de sobra qualquer sacrifício que possa a Companhia fazer para alcançar esse desideratum.*⁵⁹

O relatório da Diretoria referente ao ano de 1887 confirmou a criação de uma caixa econômica para os operários da fábrica do Cedro, com a quantia de Rs 400.000, de acordo com a deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas. Essa quantia foi distribuída em cadernetas aos operários, de acordo com o tempo de serviço. Nessas cadernetas seriam depositados 10% dos salários de cada operário, mensalmente. Em 1889 foi aprovada a criação do mesmo sistema na fábrica da Cachoeira.⁶⁰

Na década de 1890, a dificuldade para obtenção de pessoal e sua instabilidade foram atribuídos ao aparecimento de novas fábricas, às construções da Estrada de Ferro e de Belo Horizonte. Essa instabilidade trazia um outro problema: a necessidade de substituição dos operários que deixavam o trabalho, por uma população sem prática nos serviços de fiação e tecelagem, proveniente da própria região onde as fábricas haviam se instalado e que era, sobretudo, uma população rural, muitas vezes não adaptada ao trabalho fabril. Referindo-se à fábrica de São Vicente, o relatório da Diretoria, referente ao ano de 1895, afirmava:

⁵⁹ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, referente ao ano de 1883.

⁶⁰ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Ata da Assembléia Geral dos Acionistas. 16 mar. 1889.

Esta produção poderia ter sido muito maior relativamente ao número de teares, mas diversas causas atuaram para não ser mais satisfatório o resultado: a falta de um maquinismo habil na tecelagem e administração interna; o desfalque de empregados nos meses de julho a setembro pelas retiradas para os trabalhos da E. de Ferro Belo Horizonte, onde melhores salários os atraíam, a substituição dos mesmos por outros novos e sem prática...

A instabilidade do pessoal empregado e a constante busca de melhores empregos sugerem-nos que, embora a Companhia Cedro e Cachoeira apresentasse, para a época, uma organização fabril, à primeira vista, satisfatória em termos de serviços e assistência, eles não eram suficientes para manter o operário preso ao seu trabalho. A monotonia, a disciplina, a vida regrada, moralmente controlada, embora valores propalados pela classe dirigente, talvez não constituíssem referências tão importantes para o operário, como a sua liberdade de movimentação e de opção. A inconstância, na verdade, afetava os lucros da empresa, seja pela falta de pessoal, o que acarretava a paralização parcial do maquinário, seja pela necessidade de adaptar um trabalhador, sem prática, ao ritmo do maquinismo e da produção. A ata da reunião da Diretoria, acontecida em 4 de janeiro de 1896, delibera no seu item 29:

... Que fiquem os gerentes autorizados a elevar

os vencimentos dos empregados que forem estrictamente necessários, devendo substituí-l-os por pesoal menos exigente sempre que for possível.

É uma indicação no sentido de que a reivindicação operária estava presente e que, em certo sentido, incomodava.

As reclamações contra o operário e o seu trabalho continuaram muito fortes no relatório referente ao ano de 1901, no que diz respeito à fábrica do Cedro. O objeto da reclamação era o descaso para com as máquinas, os desperdícios que comprometiam o resultado final do lucro capitalista. A essa forma de manifestação dos trabalhadores — a indiferença para com o que não lhes pertencia — os patrões responderam, mais uma vez, com um processo disciplinar, que se concretizava na redução dos salários, como forma de punição. Na manutenção de uma taxa de lucros satisfatória e da repartição de dividendos aos acionistas, a redução dos salários foi pensada como uma solução:

A pouca dedicação de maquinistas e operários, o pouco cuidado com as máquinas e os desperdícios de linhas, canellas, etc. muito influíram para o pouco lucro.

Medidas energicas estão sendo aplicadas para sanar estes males.

No correr do ano redução alguma foi feita em jornaes de operários, mas no princípio do atual já algumas reduções foram feitas, e mais ainda

*se fará, calculando que estas reduções feitas paulatinamente não chocam tanto como feitas de uma só vez.*⁶¹

Se de um lado a pouca dedicação e o pouco cuidado dos operários eram apresentados como aspectos negativos da atividade fabril, o próprio discurso patronal cuidava de apresentar o seu contrário, a positividade do trabalho, que se expressava no "pessoal dócil, dedicado e bom".

Em 29 de março de 1906 foi aprovada a distribuição de gratificação, no final do ano, às "tecelonas" e meninos de filatórios. A importância global dessa gratificação era de Rs 300, obedecendo-se os seguintes critérios:

*às tecelonas que mais tecerem e tiverem mais perfeição no trabalho 1 premio de 100 rs, 1 de 50 rs e 2 de 20 rs; aos meninos mais aplicados ao serviço e o de melhor procedimento: 12 prêmios de 5 rs cada um...*⁶²

As qualidades premiadas eram a produtividade, ou a capacidade de produzir mais e melhor em menos tempo, a dedicação e o bom comportamento. O sistema de prêmios continuava a funcionar como forma de valorizar o tipo de trabalhador ideal pensado pela empresa capitalista.

Em conclusão, podemos afirmar que os primeiros trinta anos da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira foram marcados por uma estrutura disciplinar bastante rígida.

⁶¹ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, referente ao ano de 1901.

⁶² COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Ata da 36a. Reunião da Diretoria.

gida, apoiada no controle do indivíduo, no trabalho e fora dele, e na previsão de punições diversas para o não cumprimento das normas estabelecidas. Mas essa estrutura disciplinar também se assentava em estratégias de cooptação do trabalhador, do qual o sistema de prêmios e gratificações era a expressão. Os primeiros anos do século XX parecem mostrar que as preocupações da empresa para com a sua mão-de-obra indicavam a necessidade de repensar como a relação capital-trabalho estava acontecendo. Nessa fase, a Companhia enfrentou problemas na manutenção de uma taxa de acumulação crescente e na necessidade de substituir uma maquinaria que se tornava obsoleta. Foram particularmente ruins os anos de 1913-14, afetando a geração de lucros e a distribuição de dividendos. Nesse período, por decisão da Diretoria, foram reduzidos o número de operários e os salários, assim como o funcionamento normal das fábricas. A partir de 1915, a situação financeira da Companhia começou uma trajetória crescente, apoiada no investimento em um novo tipo de tecido, a chita, e no comércio por atacado. Esse período coincidiu com o início da gerência geral de Antonino Pinto Mascarenhas e com mudanças fundamentais no conceito de organização fabril que norteava, até então, a ação da classe patronal.

CAPÍTULO 4
ESTADO SANITÁRIO E HIGIENIZAÇÃO

4.1. A FÁBRICA HIGIÊNICA

As décadas de 1910 e 1920 na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira associaram-se a uma nova tecnologia de organizar e disciplinar o trabalho. Nessa fase, mais que nas anteriores, deter o saber foi imprescindível para impor as condições de vida e trabalho, mesclando a disciplina da punição fria do regulamento com conselhos e preceitos, buscados no conhecimento científico, capazes de funcionar como mecanismos da dominação social. A própria Diretoria apontou como causas responsáveis pela crise que abalou a Companhia na década de 1910 o aparelho comercial e as máquinas, ambos obsoletos, as oficinas mal iluminadas e poucas arejadas e as habitações impróprias. As soluções deveriam, portanto, passar pela higienização das oficinas e pela melhoria das condições de "habitabilidade" das vilas operárias.⁶³ O resultado foi a adoção de uma política de investimentos nas fábricas, principalmente alargando o espaço físico e cuidan

⁶³ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria apresentado a Assembléia Geral dos Acionistas, referente ao ano de 1918.

do dos sistemas de iluminação e ventilação, e, nas vilas operárias, reformando as moradias e dotando-as de latrinas, chaminés, rede de esgoto e água potável. Esses investimentos foram acompanhados por uma redefinição da maneira de viver e de ser, a partir da elaboração de normas de comportamento "doadas" ao trabalhador pelo saber competente.

Em 1915, Antonino Pinto Mascarenhas assumiu a gerência geral da Companhia, acumulando esta com a gerência da fábrica do Cedro, até 1927. Esta foi uma fase em que a administração repensou sua relação com os operários, os acionistas, os fornecedores de matéria-prima e os consumidores. Com relação aos primeiros, o significado das mudanças pode ser vislumbrado no relatório de 3 de dezembro de 1917, do gerente Antonio Pinto Mascarenhas aos Diretores da Companhia Cedro e Cachoeira:

... O ponto de vista que merece em 1º lugar a maior atenção de uma administração é o estado moral e físico do pessoal, que são por assim dizer o nervo da organização sendo a maquinaria os músculos; este deve ser respeitado, contornado, de uma atmosfera moral elevada e sem irritações, atentados, injustiças, furtos, lesões e expoliações e onde ele esteja bem confiante e confiado, e orgulhoso de tomar parte dos serviços de uma casa de boa moral.

Ao estado moral segue-se o estado físico, isto é, terá a administração de dispor os arran-

jos da empresa de modo que em todos os menores departamentos onde trabalham ou vivam seres humanos, as condições de vida sejam salvaguardadas vantajosamente, assim quer nas oficinas quer em todas as habitações, a luz, o ar, a boa água para uso interno e externo, sejam fornecidos ao pessoal. Bem assim merecem as vistas da administração, um olhar sobre a alimentação agindo para que sejam bons os produtos alimentícios que são fornecidos devendo auxiliar-se o aparecimento de verduras, boas carnes, legumes e açúcares não deteriorados e de boa qualidade.

São cuidados estes pontos poderemos ter um pessoal verdadeiramente amigo e preparado para o trabalho e dado o primeiro passo para a solidez e prosperidade da empresa e sua viabilidade.

Feito isto teremos de colocar o pessoal em contato com máquinas boas, bem instaladas e bem tratadas as condições necessárias à vida, isto é, luz, ar, limpeza e calor adequados e em melhores condições contra acidentes que qualquer outro fabricante.

A operacionalização desse discurso passou fundamentalmente pelo recurso a dois tipos de saber, alheios à própria organização fabril e buscados fora dela para encaminhar o processo de construção do trabalhador satisfeito, dócil e produtivo. O primeiro deles, o do profissional da construção civil, competência reconhecida para vistoriar as ha-

bitações operárias, acusando inconvenientes e propondo mudanças na perspectiva da relação saúde-moradia. A saúde do trabalhador passou a ser um elemento essencial para a empresa, estando diretamente relacionado com o grau de produtividade que cada operário poderia oferecer. Em 1917, esteve na fábrica do Cedro o Sr. J. Verdussen, construtor residente em Belo Horizonte, convidado a dar o seu parecer sobre as habitações situadas na zona da fábrica.⁶⁴ Segundo ele, a existência humana necessita de vários elementos, entre os quais está, em primeiro lugar, a habitação. Uma casa sã é condição para um homem sã. O homem doente não é apenas aquele afetado de moléstias agudas e aparentes, mas todos que, pela má habitação, falta de asseio, má alimentação e mau vestuário, ficam entorpecidos e não têm a capacidade produtiva do homem sã.

A importância da casa era entendida na sua correlação com as noções de família e de lar, lugar da existência, do repouso, da recuperação das forças para o trabalho:

"se nessa casa falta a luz do sol e ar puro, e em lugar disto se encontram graças à má construção e mau uso, miasmas e o ar da podridão, o seu habitante quando procura descansar sai mais cansado que quando entrou para o descanso, porque em vez de ar puro alimentou-se de ar impuro impróprio para a vida que repugna aos pulmões, e pode sair também infeccionado se os miasmas entrarem

⁶⁴ GAZETA DE PARAOPÉBA. Paraopeba. 16 set. 1917.

em ação; a existência de todos da habitação (e pouco depois dos vizinhos) torna-se suplício que se transmite aos descendentes irresponsáveis".⁶⁵

Observadas as casas do Cedro, o Sr. J. Verdussen emitiu alguns conselhos que, colocados em prática, poderiam servir para efetivar o novo conceito de moradia em voga. Sinteticamente eram eles:

1. Exposição mais ampla das casas aos raios do sol e, para isso tornava-se necessário o corte das árvores que impediam sua passagem e resfriavam as paredes;
2. Uso de venezianas e abertura de portas e janelas para melhorar as condições de "habitabilidade";
3. Supressão dos porões pelo "entijolamento" e dos forros de panos impermeabilizados pela cal, carregados de pó e teias de aranha;
4. Supressão dos quartos sem janelas;
5. Limpeza das chaminês e isolamento das cozinhas, de modo que não deixassem passar fumaça para outros cômodos da casa;
6. Toda casa deveria conservar-se seca, sem umidade e águas paradas;
7. Uso do reboco para tapar buracos e rachaduras, evitando-se insetos como o barbeiro;
8. Uso diário da vassoura molhada;
9. Limpeza semestral dos bueiros e pintura a cal por dentro e por fora da casa.⁶⁶

⁶⁵ ENTREVISTA com Sr. J. Verdussen. Gazeta de Paraopeba. Paraopeba. 16 set 1917.

⁶⁶ GAZETA DE PARAPEBA. Paraopeba. 16 set. 1917.

Esses conselhos indicam-nos a precariedade das casas que compunham a vila operária da fábrica do Cedro. As referências à precariedade dos porões e forros, buracos e rachaduras, quartos sem janela, ou mesmo à necessidade de limpeza, denotam ausência de boas condições que, teoricamente, não percebidas pelos operários, necessitavam que um saber competente, alheio ao espaço da produção, sugerisse-lhes as soluções cabíveis, como se a situação plena de expropriação das condições materiais de existência fosse de responsabilidade individual do trabalhador e não um componente fundamental da própria constituição do capitalismo industrial. Por outro lado, a deficiência dessas condições tinha um limite na própria manutenção da capacidade de trabalho, sem a qual a produção capitalista ficaria comprometida. Os conselhos indicavam o caminho para que o próprio trabalhador procurasse um melhor estado sanitário, como se o capital não fosse responsável pela sua situação de escassez e penúria. As condições de habitabilidade se transformavam em novos deveres, em normas e regras, que deveriam ser obedecidas, não pela força de punição, mas pela veracidade de um conhecimento inacessível ao trabalhador.

Existia aí uma preocupação marcante com a higiene, mas higiene em função da produção de indivíduos economicamente eficientes, uma vez que doenças como a intermitente, o sarampo, a varíola, entre outras, já haviam afastado da atividade do trabalho inúmeros operários até então. Se, de um lado, a eficiência econômica dos indivíduos era um atributo a ser conquistado e preservado, de outro, ela requeria

uma certa submissão política, que adviria da forma como o poder disciplinar se manifestava, via apropriação de um conhecimento "inacessível" ao trabalhador, e em condições de ditar normas e classificar como desvios o que se afastava delas.

O discurso da higiene não foi um privilégio do profissional da construção civil. Talvez mais importante do que ele, uma outra área de saber teve um peso fundamental na construção da fábrica "higiênica": a do médico sanitário. Nesse sentido, a administração da fábrica do Cedro solicitou ao Dr. Miguel Couto, eminente médico do Rio de Janeiro, conselhos "para conservação e aperfeiçoamento da vida". Esses conselhos foram impressos em Paraopeba e distribuídos individualmente aos trabalhadores do Cedro. Os conselhos seguem a mesma linha daqueles emitidos pelo Sr. J. Verdussen, procurando efetivar a relação saúde-trabalho. Foram dez conselhos mostrando a mesma preocupação com o sol, o ar e a água, elementos essenciais na manutenção da higiene das habitações. Mas o saber médico, pela sua especificidade, foi além da preocupação com as condições do espaço físico e cuidou de emitir conselhos para o indivíduo, dotado de "corpo e alma", que deveria se cuidar enquanto corpo físico, através do exercício, da alimentação, do sono e, enquanto substância moral, pela observação de normas de conduta e negação dos excessos e dos vícios.

Nos cuidados do corpo:

49 - o movimento é o despertador da vida e o mantenedor da energia. Aquele que não se move é co-

mo a água que não corre e que logo apodrece em pantano. O sedentário enerva-se, enferruja-se como a machina que não trabalha.

59 - o alimento deve ser rigorosamente fiscalizado, desde o leite que se dá a criança, até a sopa que se ministra ao ancião. É o alimento que se decompõe em força, distribuindo-se por todo o corpo para mantel-o alerta...

*69 - O somno é um acumulador de energia. Enquanto dormimos a natureza providencial repõe o que o trabalho, os soffrimentos physicos e moraes exauriram...**

Em todos esses itens, o preceito geral era acompanhado de uma descrição minuciosa do comportamento adequado a sua efetivação. No movimento, os passeios pelo campo e as vantagens do contato com o sol e o ar. Na alimentação, a escolha dos alimentos, o ritmo da mastigação, a disciplina na mesa. No sono, as condições do quarto, o asseio e a disciplina do corpo. Era uma enumeração do detalhe, capaz de moldar o comportamento do indivíduo em sua privacidade. Era, aliás, uma intromissão na privacidade do quarto de dormir, da cozinha, no lazer, de uma forma amena, sem a força de punição explícita.

Nos cuidados da alma:

79 - Todo abuso, material ou moral, prejudica a saúde e compromete a alma...

*Conselhos para uma Vida Feliz, folheto impresso pela Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira para os operários da Fábrica do Cedro.

89 - *Corpo e alma pedem cuidados identicos. Se nos infeccionamos, frequentando lugares immundos... o mesmo se dá com a alma dos que se acambradam com gente de má vida ou seguem vadios dos que se encafúam em tavernas, madraçamente, ou se duzem para vicios deprimentes...*

99 - *Um relaxado de si é, duas vezes criminoso porque, não só se inutilisa, a si, como procreando, gera infelizes degenerados...*

109 - *A criança deve ser educada e corrigida desde o berço — é no barro mole que o oleiro afeiçoa o vaso...*

Nesses cuidados, uma preocupação em domesticar a conduta de indivíduos a partir da definição de padrões satisfatórios, apoiados na estrutura religiosa, na qual "um corpo saído das mãos de Deus não tem o direito de o profanar", e na estrutura familiar, na qual a criança assumia uma importância capital, como instrumento do exemplo que deveria passar de geração em geração. A criança era a imagem de um caráter não corrompido pelas vícios ou deformações e que poderia ser desenvolvido pela escola, funcionando a sua imagem como o exemplo da conduta a ser seguida, politicamente importante na constituição de um conjunto social formado por homens sãos, trabalhadores e... felizes.

São de autoria do Dr. Miguel Couto uma série de escritos na área da medicina sanitária, nos quais ele demonstrou uma preocupação com o homem, enquanto indivíduo e

com o Brasil, enquanto nação. Caberia ao Estado, na política do engrandecimento do país, levar a todos a educação, "saúde" dos indivíduos, e cuidar de aprimorar a raça, "saúde" da Pátria. Nesses escritos é possível perceber uma aproximação direta entre os conceitos de medicina, higiene e educação. Medicina é um conceito mais vasto: ela foi definida como a segunda mãe da humanidade e, como tal, sua função não era só a assistência na doença ou a salvação dos enfermos, mas o acompanhamento do homem durante a sua vida toda. "Vigia-lhe a nutrição, leva-o ao grande ar benfazejo, protege-o contra as agressões da natureza, vai com ele a escola para robustecer-lhe o corpo e lhe poupar o espírito, previne-o dos perigos da juventude, ensina-lhe o conforto da habitação e as regras da velhice viril: nessa função a medicina é higiene". Enquanto higiene, seu objeto é a vida e a saúde; preparando o homem forte, com plena capacidade de trabalho, para torná-lo cada vez mais útil. Nesse sentido, "a medicina estuda a vida do operário e do pobre para lhes acudir com a assistência e o conforto e suavizar-lhes as contingências da sorte".⁶⁷

A higiene foi definida como um conjunto de preceitos que deveriam reger a própria vida. Ela não deveria ser função exclusiva das escolas de medicina, mas muito mais das Escolas Normais, formadoras de professores, cuja atribuição de moldar hábitos e de propagá-los da criança à família é eficaz e duradoura. Nessa perspectiva, higiene e

⁶⁷ COUTO, Miguel. A medicina e a guerra. In: Medicina e cultura, 1977. v. 1., p. 45.

educação são conceitos complementares, funções da escola , instrumento do poder disciplinar na formação de trabalhadores honestos e decentes.

O Dr. Miguel Couto expressou ainda uma preocupação com o analfabetismo, presente principalmente nas áreas rurais do Brasil. Nas regiões interioranas era necessário "averiguar e valorizar o homem que produz o cidadão, que defende a nossa bandeira, o chefe de família que deve ter prole vigorosa e dar-lhe exemplos de trabalho e de virtude; trata-se de avigorar a raça que define nos sertões brasileiros".⁶⁸ A presença do analfabeto, de certa forma, negava toda política higienista de revigoração do indivíduo e da raça, uma vez que ele "é como um microcéfalo de visão psíquica estreitada, porque, embora veja claro, a enorme massa das noções escritas lhe escapa: pelos ouvidos passam palavras e idéias como se não passassem; o seu campo de percepção é uma linha, a inteligência o vácuo, não raciocina, não entende, não prevê, não imagina, não cria. Muitos só saem da indiferença para entrar nos espasmos do banditismo. Estas condições do espírito se refletem de todos os modos no meio em que vivem; se trabalham, a sua mão de obra não resiste a concorrência dos mais instruídos..."⁶⁹ A ignorância era assim um atributo do analfabeto, também identificado com o pobre. Só que pobreza — ignorância não era considerada uma relação de causa e efeito, uma vez que

⁶⁸ COUTO, Miguel. O saneamento rural. In: As Allocuções do Presidente da Academia de Medicina, 1923. p. 43.

⁶⁹ COUTO, Miguel. O analfabetismo. In: As Allocuções do Presidente da Academia de Medicina, 1923. p. 49.

o pobre poderia ser "recuperado" mediante a instrução, que iria dotá-lo de saúde, isto é, sua capacidade de trabalhar, e cultura, isto é, sua capacidade de trabalhar bem.

No quadro geral traçado para os sertões brasileiros, a situação nas fábricas da Companhia Cedro e Cachoeira parece privilegiada. Nela, a Companhia cuidou da abertura de escolas noturnas, com ensino de "leitura elementar, doutrina, escrita e aritmética". Embora a escola tenha deixado de funcionar algumas vezes, por falta de professor, ela deve ter cumprido, em parte, o seu papel na estrutura fabril, uma vez que os "Conselhos para uma Vida Feliz" do Dr. Miguel Couto, assim como outros documentos, foram escritos e cada impresso oferecido pela administração da fábrica do Cedro a seus auxiliares. Essa individualização dos conselhos no complexo fabril só pode ser entendida na medida em que cada operário era um elemento do todo social, para o qual cuidava-se de criar um conjunto ordenado de valores de "conservação e aperfeiçoamento da vida terrena e da alma".

Essa preocupação com a fábrica higiênica, que nos parece marcante no Cedro, atingiu também as outras unidades da Companhia, preocupada em oferecer melhores condições de trabalho e moradia a todos os seus operários. No final da década de vinte, essa política de higienização ainda enfrentava problemas na Cachoeira e São Vicente, como era o caso da incidência de tuberculose nessa última, no ano de 1928, registrando-se aí oito casos, de acordo com o

relatório do médico Dr. Oswaldo Pinto Coelho. Em São Vicente a atuação médica também voltava-se para o desenvolvimento das noções de higiene corporal, da alimentação e da habitação. O espaço da fábrica ainda não apresentava as condições ideais, "tendo verificado que aí faltavam os primordiais elementos para uma boa e salutar higiene: ventilação e iluminação estão sobremaneira prejudicados".⁷⁰ O Dr. Oswaldo Pinto Coelho propôs à Diretoria reformas no prédio da fábrica, com o "levantamento do telhado na forma de dentes de serra e envidraçamento das faces verticais". As melhorias nas condições de trabalho significariam benefícios para a saúde dos operários: "operários fortes e sadios concorrerão para o progresso da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira".

Assim, o poder disciplinar continuava forte, agora com uma nova fachada, mantendo-se a mesma função de adiestramento, com o objetivo de fabricar um operário dócil, capaz de produzir sempre e cada vez melhor, na perspectiva da empresa. A forma como o poder disciplinar se manifestou foi possível pela utilização de um saber que se colocava em posição de ditar normas e preceitos a um trabalhador que deveria responder, ao mesmo tempo, com a eficiência econômica e a submissão política.

4.2. ESTADO SANITÁRIO E CONTROLE DO CORPO

A definição de uma política higienista no sécu-

⁷⁰ COELHO, Oswaldo Pinto. Relatório dos serviços médicos prestados aos operários da Fábrica de São Vicente. Belo Horizonte, 17 mar. 1929.

lo XX, leva-nos a concluir que o estado sanitário na Cedro, na Cachoeira e em São Vicente não parece ter sido satisfatório: há registro de casos de intermitente*, sarampo, epidemias, insalubridade, febre palustre, varíola. As questões de higiene e insalubridade eram evidentes em 1894, no Cedro, ponto crítico do período de seca que abalou a região, quando manifestações de epidemias foram registradas, e em São Vicente, quando o trato com as questões da higiene não parecia ser prioridade. O estado sanitário na fábrica do Cedro agravou-se no final do século em função da aglomeração de pessoas e das péssimas condições dos encanamentos de água e esgoto, elementos que passaram a ser uma preocupação da administração da Companhia. Durante o ano de 1899 "foram construídos todos os encanamentos de esgotos e parte de água e também 20 latrinas novas, tudo feito de tijolos e cimento".⁷¹ O estado sanitário tornava-se problemático à medida em que ele comprometia o trabalho regular dos operários e podia, em determinados momentos, gerar falta de trabalhadores disponíveis. Por outro lado, um operário doente não apresentaria o mesmo grau de produtividade do indivíduo são, com toda a sua capacidade de trabalho à disposição da empresa. Cuidar das condições de higiene significou, nesse sentido, preservar e garantir a capacidade de

* Os primeiros relatórios fazem referência ao estado sanitário com a presença de intermitente, às vezes com características endêmicas, como na fábrica da Cachoeira em 1887. Nesta, nos meses de setembro e outubro registrou-se o fato de ter havido dias de adoecerem 30 ou mais pessoas. A presença de intermitente foi registrada continuamente nos anos posteriores.

⁷¹ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria, referente ao ano de 1899.

trabalho necessária à produção fabril.

As condições de trabalho e moradia não podiam, assim, ser consideradas exemplares, caracterizando-se pelas fábricas mal iluminadas e pouco arejadas e pelas péssimas condições das habitações operárias. Essas condições também geravam um trabalhador debilitado e propício a doenças, como a tuberculose que, em 1922, matou 2 operárias na Cachoeira. Em função da concorrência que a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira enfrentava agora no século XX, devido ao aparecimento de novas unidades fabris no Estado de Minas Gerais e fora dele, atacar esses problemas poderia propiciar um trabalhador mais rentável e, em consequência, aumentar o grau de produtividade apresentada. Nas vilas operárias, as casas foram melhoradas com a instalação de fossas e chaminés, ampliadas a rede de esgotos e distribuição de água potável. Nas fábricas, reformou-se a cobertura, objetivando a melhoria da iluminação e da ventilação, com o telhado disposto em serra e instalação de vidraças (clarabóia) e venezianas.

Essas reformas aconteceram exatamente na nova fase da Companhia, iniciada com a gerência-geral de Antonino Pinto Mascarenhas, quando o recurso ao saber competente orientou as estratégias disciplinares no espaço fabril. O comportamento dos indivíduos passou a ser definido a partir de preceitos higiênicos dentre os quais limpeza, iluminação, ar e água eram elementos fundamentais. De acordo com os novos hábitos, em 1923 montou-se uma Casa de Banhos no Cedro sendo que, um ano depois, eram facultadas gratuitamente

7.440 banhos de temperatura quente ou fria.⁷² Para o uso dos banheiros foi criado um regulamento interno, impresso, entregue nominalmente aos operários de "procedimento regular e que não sofra de males infecto-contagiosos". O direito de banho era de um por semana, com número de banheiro, dia e hora marcado por operário, sendo que a sua duração era de 15 minutos. O regulamento da Casa de Banhos reproduzia os mesmos valores do regulamento da fábrica em defesa da propriedade privada, manutenção da ordem e formação de um espaço higiênico e privativo. Na defesa da propriedade, tornava-se proibido "estragar pertences e móveis, sujar ou rabisar paredes, quebrar vidros, arrambar portas" (Art. 4º). A manutenção da ordem se expressava na proibição em "ofender a um ou mais companheiros com gestos ou palavras imorais, gritos dentro dos banheiros ou fora dele" (Art. 2º), significando a ordem a existência de um ambiente onde o conflito não fosse visível, mediado por normas assentadas em padrões morais eleitos pela administração. A relação ordem-moralidade se efetivava na proibição de uma série de comportamentos, tais como a "frequência de 2 pessoas no mesmo banho ou latrina", o "andar descomposto nos corredores e salas" (Art. 5º), o "ficar ao redor da casa de banhos tentando olhar ou gritar para os que estão dentro e praticar atos reprováveis" (Art. 7º). O mesmo sistema de punição, que norteava o não cumprimento do regulamento de fábrica, constava do regulamento da Casa de Banhos, caso houvesse infração a algum de

⁷² COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria, referente ao ano de 1924.

seus artigos. Essa punição ia da multa e proibição de frequentar os banhos por dois meses até a expulsão da fábrica, como elemento indigno de pertencer ao corpo do operariado. O banhista, elemento que representava a administração na Casa de Banhos, desempenhava um papel fundamental no processo de vigilância e controle, talvez equivalente à posição que o mestre ocupava na estrutura hierárquica da fábrica.

Esse tipo de regulamento inseria-se na política geral de higienização do espaço fabril e reforçava o conceito da ignorância, atribuído às classes trabalhadoras, e a necessidade da definição de um "discurso científico", detentor do conhecimento, como o sujeito autorizado a falar de higiene, saúde e trabalho. Esta política compunha um esforço generalizado de moralização e domesticação dos operários; era uma política de manipulação do corpo do outro, com o objetivo de agir sobre ele, obrigando-o a cumprir regras de conduta necessárias às funções sociais dos operários, enquanto força de trabalho. O regulamento, composto de sete artigos, era acompanhado de "Preceitos". Estes preceitos mostravam claramente a separação entre o trabalho manual e o conhecimento científico, e ao mesmo tempo sugeriam uma nova postura na relação capital-trabalho; mostravam também o sistema de normas e punições, através da apresentação do conhecimento sob a forma de verdades objetivas, que transcendiam o próprio espaço do operário e da administração. Tomemos como exemplo alguns desses preceitos:

1º - O banho em temperatura natural o qual não de

*ve ser demorado, estimula todo o corpo e, rouban-
do-lhe calor, já sem utilidade refresca salutar-
mente as pessoas que reagem bem.*

*2º - O banho morno também chamado neutro ou indif-
ferente é o mais aconselhado e de 26 a 30 graus
centígrados acalma, desaltera, descança o orga-
nismo.*

*3º - Qualquer dos banhos acima faz o asseio da
pelle, retirando as impurezas que de continuo
cahem sobre ella...*

*4º - O banho, pois, curá certas moléstias, atalha
muitas outras, perfectibilisa as pessoas sadias
que delle faz uso e constitue prazer delectável
para pessoas perfectas, como para todo vivente so-
bre quem Deus faz cahir a chuva benefica do Céu.*

Esses preceitos encarnam, de certa forma, o dis-
curso higienista sobre o corpo. Esse discurso precisava ser
conduzido até as camadas populares para que servisse como
base de mudança de seus hábitos errados e costumes imorais.
É como se a "ciência" pudesse servir como meio de levar ci-
vilização a indivíduos pouco civilizados, cuja função deve-
ria ser a submissão aos princípios ditados pelo conhecimen-
to. No banho de civilização, do qual é objeto o corpo incul-
to, eram especificados detalhes de atitudes e ações como:

*5º - Antes do banho, que não deve ser usado com
estomago cheio, deve-se limpar os entre dentes com*

palito ou fio de linha, escova-los e a bocca, com sabão commum e gargarejar, enxaguar a garganta com água desinfectante ou pura, cortar as unhas dos pés e das mãos, aparar a barba (se a tiver) e uma vez por mez aparar o cabello.

69 - Os banho de chuva, neutros ou frios, devem ser tomados de 2 jactos, sendo o primeiro rápido para molhar o corpo, feito o que se esfrega com toda força com bom sabão, fazendo a massagem energica da pelle e musculos. Em seguida tomam-se um jato para exaguar a fundo, sem deixar nenhum sabão na pelle.

79 - Apõs o banho é indispensável usar roupa limpa para que a pelle não reabsorva os venenos perigosos que contem a roupa suja.*

O corpo deixava de ser objeto de seu próprio sujeito para o ser de um outro, fora dele, e mais competente do que ele. Se a máquina encarnava a tecnologia da produção, a política higienista passou a encarnar uma tecnologia do corpo social, formado de trabalhadores, que eram alvos de preocupação da empresa exatamente porque sujeitos da produção industrial. O controle sobre o corpo atingia direitos privados: o trabalhador, além de perder o direito de propriedade dentro de sua própria casa, perdia-o também sobre si mesmo. E a diretoria registrava, em seus relatórios, o "excelen

* Regulamento interno dos Banheiros de Vitalidade da Fábrica do Cedro, publicado pela Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira para os operários da fábrica do Cedro.

te estado moral reinante no seio dos que trabalham".

Nessa ação sanitária, as vilas operárias foram reformuladas dentro dos novos preceitos de higiene, e isto significava colocação de clarabóias e assoalhos, reboco e caiação, instalação higiênica completa, com sistema de água e esgoto. A construção de outras casas para operários já era feita dentro das novas preocupações como o demonstra o relatório sobre a Fábrica da Cachoeira:

... Havendo falta de prédios na villa operaria, estamos estudando para construir, ali, os 10 suficientes sob moldes modernos, isto é, em construção solida para garantir o capital que fôr aplicado, que encerrem o mais alto grau de habitabilidade que nos seja possível, com traçado mais largo e generoso para a vida bem disposta, para tornarem a villa agradável e attrahente, bem alinhada, para dar escoamento facil, prevendo a adaptação moderna de esgotos, prevendo mesmo algumas pequenas linhas architectonicas. Estas providencias constituirão uma riqueza, um refrigerio e uma benemerência indiscutíveis para esta villa.⁷³

Toda a política da empresa, desde o regulamento de fábrica de 1875 à ação higienista da década de vinte, possibilitou ao capital construir um discurso apoiado na justiça social e na fraternidade humana e é dentro deste espírito que a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira comemora seu cinquentenário.

⁷³ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Relatório da Diretoria, referente ao ano de 1925.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que a disciplina se transformou em elemento fundamental na constituição do sistema fabril? Por que a industrialização, entendida como o espaço em que as relações sociais se efetivavam, tornou-se inseparável de uma política aparentemente contraditória, de concessões e de controles?

O estudo específico da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, inserido no contexto global da indústria têxtil mineira, pretendeu levantar pontos de análise que nos possibilitem pensar essas questões. O que se destaca nesse estudo de caso é a própria estrutura global do sistema fabril no capitalismo industrial. Para a empresa, a função primordial da organização do trabalho no espaço fabril era a produção de um trabalhador idealizado nos princípios da eficácia e da obediência, que se adaptasse às condições impostas pelo capital, cujo objetivo último era a própria acumulação. Nesse sentido, dadas a disponibilidade de pessoas no mercado de trabalho interno e a disponibilidade de tecnologia no mercado internacional, a simples soma des-

ses fatores não era suficiente para pôr em funcionamento a fábrica. Em uma economia que já se estruturava na exploração do trabalho compulsório e na acumulação, a aquisição da maquinaria destinada à indústria têxtil deve ser entendida, além do simples avanço tecnológico, como a possibilidade de um mecanismo que transformasse gente simples do interior em operários fabris. Daí a importância que a disciplina, o controle, a vigilância e as concessões adquiriam, quando o problema a ser enfrentado era a "adaptação" do homem ao trabalho industrial.

Apoiado em uma economia monetária e de mercado, o capitalismo industrial necessitava de uma produção regular de mercadorias que se transformasse em um processo contínuo de geração de capitais. Foi essa necessidade de produção regular que justificou a presença de vários elementos, que se sobrepunham, encarregados de criar hábitos regulares de trabalho e de vida. Alguns deles institucionais, como a escola, o convento, e outros mais sutis, como a atitude paternalista e a política higienista do corpo.

Certos princípios e hábitos impostos pelo capitalismo industrial foram absorvidos pelos trabalhadores e passaram a fazer parte do seu cotidiano, determinando uma regularidade nas atividades do dia a dia e uma certa subordinação à política da empresa.

Poucos operários que trabalharam na fábrica do Cedro na década de 1910, vivos ainda, dão-nos uma dimensão de sua relação com a administração da fábrica. De um lado, a memória registra um certo "sentimento" de gratidão pelo em-

prego mantido durante anos; pelas melhorias nas condições de trabalho ao longo do tempo, pelos serviços prestados pela Companhia e pelo lazer, como o cinema e a banda de música para os operários, que a gerência cuidou de introduzir; pela distribuição das gratificações em tecidos ou em salários, e pelos presentes no Natal. Por outro lado, essa memória não apagou o registro das horas excessivas de trabalho, da vida difícil, da situação dos menores no espaço da produção, dos acidentes de trabalho, da vigilância diária. Atualmente, esses representantes dos antigos operários mantêm ainda vínculos estreitos com a Companhia, seja porque, mesmo aposentados, continuam a tocar na banda, seja porque a empresa cede-lhes espaço de moradia e ajuda em dinheiro. O próprio fato de terem passado a vida inteira em função da produção têxtil e continuarem, depois de aposentados, a habitar o mesmo povoado, que nada mais significou do que a constituição de um espaço urbano em função do aparecimento da fábrica, reforça o elo de dependência pela impossibilidade de sobrevivência em outro local. Impossibilidade não só monetária, uma vez exaurida a capacidade de trabalho, mas em romper elos de amizade, de tradições, de convivências.

Essa postura um pouco resignada do hoje não pode nos levar à conclusão de que o operariado fabril do final do século XIX e início do século XX assumiu uma atitude passiva, de acomodação, frente à exploração do trabalho. Não há registro de nenhuma organização operária que lutasse, pela via formal, em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Não há também nenhum registro oficial de paralizações

e greves que pudessem nos dar indicações no sentido de uma resistência operária mais explícita. E a Companhia gaba-se dessa situação, para ela sintomática da conjugação de interesses que sempre pautou as relações de trabalho dentro das unidades fabris. O discurso empresarial hoje, embora mais sofisticado, tem repetido o que foi definido como a política do trabalho desde os primeiros tempos:

Os empregados, ainda hoje em sua maior parte descendentes daqueles que chegaram nos primeiros dias, vêm igualmente dando a sua magnífica contribuição, com dedicação, zelo, competência e respeito, ao engrandecimento da obra que os seus maiores ajudaram a edificar. A melhor harmonia tem sido a tônica invariavelmente predominante nas relações de trabalho, o qual jamais foi interrompido, um instante sequer, por incompreensão entre a Companhia e os seus empregados, fato que se constitui num precioso galardão, igualmente honroso a dirigidos e dirigentes.

Unidos todos numa comunhão de sentimentos, acionistas, administradores e empregados formam uma única família, reunida em torno à secular e respeitável instituição, aliadas as forças a fim de impulsioná-la para frente e para cima, eliminando os obstáculos acaso opostos à marcha serena e bem ordenada com que vem percorrendo desde tão antigos tempos o caminho que a conduz aos

*seus altos destinos.*⁷⁴

Se os marcos formais de manifestação operária (como em 1905, 1912 ou 1917-20) que caracterizaram a luta organizada da classe trabalhadora em várias regiões, inclusive em Juiz de Fora e na própria capital, Belo Horizonte, não são, nesse interior de Minas Gerais, uma realidade concreta, como vislumbrar a reação dos homens e mulheres que empenharam suas vidas em função do capital? Simples cooptação?

A imprensa cumpria um papel na denúncia das condições de trabalho — embora não tivessem uma existência contínua os jornais que assumiam a causa operária — noticiando situações concretas como os acidentes de trabalho ou os próprios extremos da relação social:

*A fábrica de tecidos deste lugar, entre panno branco e de cores, produz mensalmente, na média, 70 mil metros de panno; são de emposto de sello por mez, na média paga, um conto de reis. E são os pobres operários que trabalham de 12 a 15 horas por dia que pagam tudo isto.*⁷⁵

Os depoimentos orais deixam escapar sintomas da resistência ao sistema fabril, com referências ao começo da fábrica, quando foi difícil encontrar quem quisesse trabalhar ali, porque as pessoas preferiam ficar na roça, onde tinham fartura; ou nas observações sobre o trabalho do menor que, "ganhando duzentos réis por dia, preferia catar lenha

⁷⁴ COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Centenário da Fábrica do Cedro; histórico, 1872-1972. p. 237-8.

⁷⁵ A NOVA ERA. Taboleiro Grande, Estado de Minas Gerais, Anno I, nº 7, set. 1907.

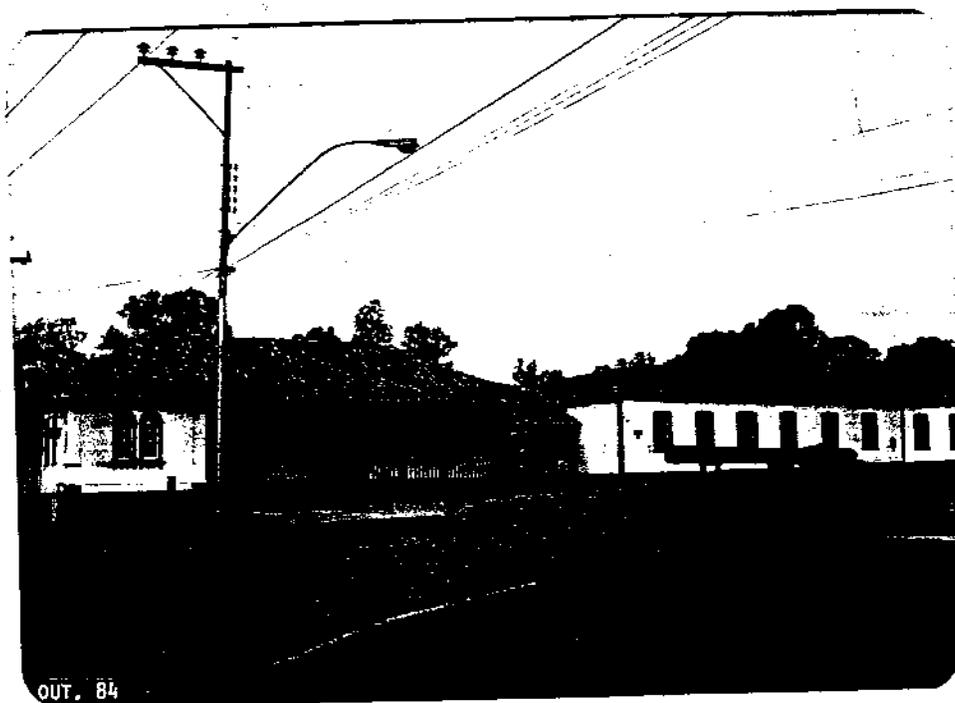
que dava mais".

A documentação oficial, contida nos relatórios e atas, deixavam entrever também reações, consubstanciadas na indisciplina, na instabilidade, na dificuldade para contratação de pessoal. A rotatividade da mão-de-obra e a necessidade de contratar novos trabalhadores sem a "habilidade" exigida para o manuseio da máquina e a constância da atividade mostra-nos a possibilidade de uma ação disciplinar e uma reação negativa que se mesclaram durante os decênios iniciais da empresa. As referências, apenas veladas, indicam-nos que essas reações não fazem parte do registro daquilo que a memória empresarial elege como histórico.

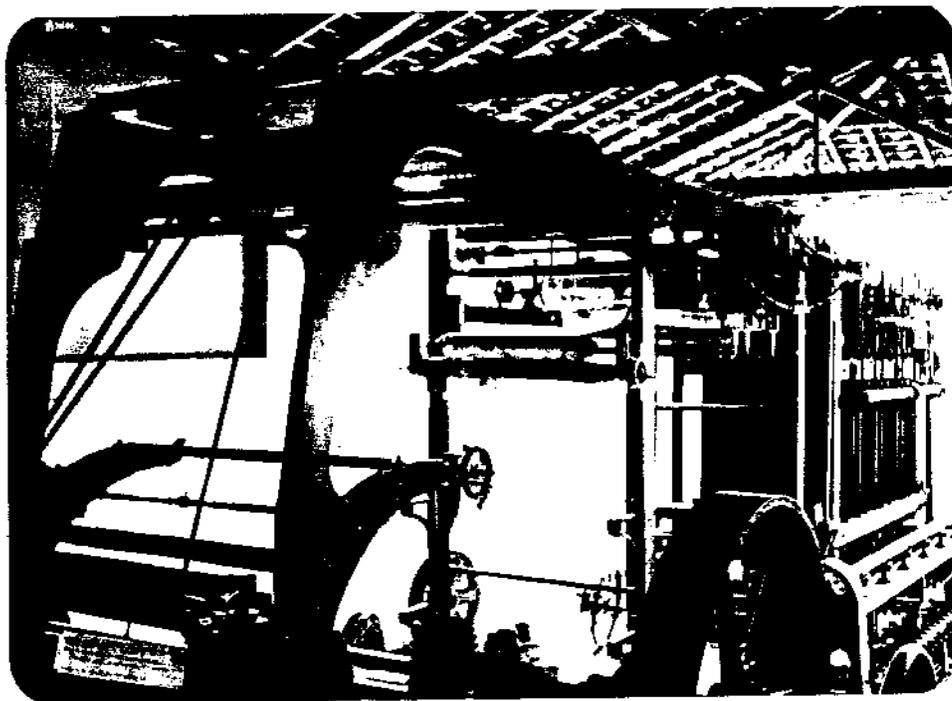
Através das políticas disciplinares, das estratégias de dominação, das denúncias e reações, o que se explicita é a própria relação de classe existente na fábrica. Ela é o cotidiano do trabalho e da vida e, nesse cotidiano, o trabalhador também é sujeito.



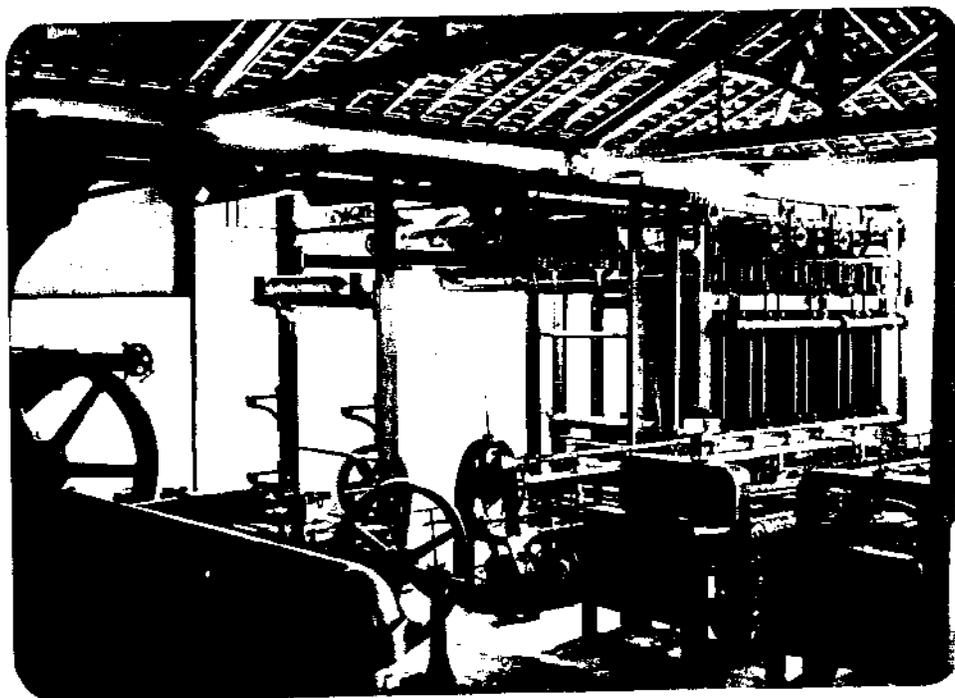
Museu do Cedro (parte das antigas dependências da fábrica)



Museu do Cedro (parte das antigas dependências da fábrica)



Maquinário da antiga fábrica do Cedro, hoje em exposição no Museu do Cedro.



Maquinário da antiga fábrica do Cedro, hoje em exposição no Museu do Cedro.



Fábrica do Cedro - 1986



Fábrica do Cedro - 1986

BIBLIOGRAFIA E FONTES

LIVROS E ARTIGOS

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. Classe operária em Juiz de Fora; uma história de lutas (1912-1924). Campinas, UNICAMP, 1984. (Tese, Mestrado).

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópoles; as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). Revista Brasileira de História, São Paulo, 5 (8/9):35-68, set./abr. 1984/1985.

———. Lógica e dissonância. Sociedade de Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História, São Paulo, 6 (11):7-44 set/fev. 1985/1986.

BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. Centenário da Fábrica de Cedro; histórico, 1872-1972. s.l., Ed. Parti

cular, 1972.

COUTO, Miguel. Medicina e cultura. Rio de Janeiro, O Mano, 1937, v. 1.

———. Alcoolismo... Rio de Janeiro, 1921.

———. No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1933.

———. Nações que surgem, nações que imergem. São Paulo, 1925.

———. As allocuções do Presidente da Academia de Medicina. Rio de Janeiro, Typ. Besnard Frères, 1923.

DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção; fábrica des politizada. Revista Brasileira de História, São Paulo, 3 (6):47-79, set., 1983.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Alternativas do comportamento operário; Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917 - 1930). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, 1981. (Tese, Mestrado).

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: Perspectiva de Investigação. História e Historiografia; Contribuições ao Debate, São Paulo, (4):21-37, jun. 1985.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir; história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1983.

———. Microfísica do poder. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

GORZ, André. O despotismo de fábrica e suas consequências.

In: ———. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980. p. 79-89.

IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do governo provincial mineiro. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, 1954. (Tese, Livre-Docência).

LE VEN, Michel Marie. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, 1971. (Tese, mestrado).

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?). In: GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980. p. 37-77.

MARX, Karl. O capital; crítica da economia política. 7. ed. São Paulo, DIFEL, 1982. Livro 1, v. 1, 2.

MEMÓRIA Histórica e Topographica sobre o Município de Curvelo organizada a pedido da respectiva Câmara Municipal pelo Padre Severino de Campos da Rocha, 1881.

PAULA, João Antônio de. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais; a siderurgia e a indústria

- têxtil. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 2., Diamantina, 1983.
- PEREIRA, Vera Maria Cândido. O coração da fábrica; estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar; Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RANGEL, Godofredo de Sá. A indústria têxtil em Minas Gerais; o papel da família Mascarenhas; 1872-1972. Belo Horizonte, 1976. Mimeo.
- REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS, Ouro Preto, n. 6, março, 1894.
- , Ouro Preto, n. 7, abril, 1894.
- , Ouro Preto, n. 8, maio, 1894.
- , Ouro Preto, n. 10, julho, 1894.
- , Ouro Preto, n. 22, março, 1897.
- REVISTA AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL MINEIRA, v. 1, n. 1, abr. 1904.
- REVISTA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL MINEIRA, v. 4, n. 1, maio, 1911.
- REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, n. 12, maio, 1916.
- , Belo Horizonte, n. 18, novembro, 1916.

———, Belo Horizonte, n. 19, dezembro, 1916.

———, Belo Horizonte, n. 20, janeiro, 1917.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista; (1870-1930). Campinas, UNICAMP, 1980. (Tese, Mestrado).

RIBEIRO, Maria Helena. Gente simples de minha terra. Belo Horizonte, São Vicente, 1978.

———. Fazenda da Ponte. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1968.

ROLNIK, Raquel. Cada um em seu lugar! (São Paulo: início da industrialização; geografia do poder). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981. (Tese, Mestrado).

SEGNINI, Lilliana R. Petrieli. Ferrovias e ferroviários. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982. (Coleção Teoria e Práticas Sociais).

SENAI. DNSEE. Catálogo brasileiro de ocupações da indústria têxtil. Rio de Janeiro, S. d. Edição provisória.

STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850/1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

TAMM, Paulo. A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas Gerais. Belo Horizonte, Velloso e Cia. Ltda, 1940.

———. Uma dinastia de tecelões. 2. ed. 1960.

VAZ, Alisson Mascarenhas. A indústria têxtil em Minas Gerais. Revista de História, São Paulo, 56(111):101-118, jul./set. 1977.

FONTESDOCUMENTAÇÃO OFICIAL

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil; indústria, Rio de Janeiro, Tip da Estatística, 1927, v. 5. 1. pte.

———. Recenseamento do Brasil; salários, Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1928. v. 5. 2. pte.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. O Brasil; suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas M. Orosco e C., 1909, v. 3.

MINAS GERAIS. Diretoria de Viação, Obras Públicas e Indústria. Quadro Estatístico referente à indústria de tecidos anexo ao Relatório do Secretário de Agricultura. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913.

———. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Minas segundo o recenseamento de 1920. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1924.

———. Anuário Estatístico; situação econômica, 1921. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926. v. 3.

———. Anuário Estatístico; 1922-1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro (1899-1902), Belo Horizon-

te, Imprensa Oficial, 1902.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Jacob, em 23 de setembro de 1907, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Jacob em 16 de setembro de 1908.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito Olynto dos Reis Meirelles. Setembro de 1912.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Sr. Dr. Cornélio Vaz de Mello, Prefeito da Capital; 1915.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Cornélio Vaz de Mello, em 1916, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1916.

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello, 1917.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte pelo Prefeito Affonso Vaz de Mello em 1918, Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito de Belo Horizonte Dr. Affonso Vaz de Mello em 1919, Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito Sr. Affonso Vaz de Mello, 1920.

SOUZA, J. Teixeira de. Relação das indústrias fabrís do Estado de Minas Gerais; trabalho preparatório de estatística industrial organizado na seção de indústria, em 1917, e apresentado ao Sr. Dr. Raul Soares de Moura, Secretário da Agricultura por J. P. Teixeira de Souza, Chefe da seção. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

DOCUMENTAÇÃO DE COMPANHIASCia. Industrial Belo Horizonte

Ata de instalação da Companhia Industrial Belo Horizonte - agosto 1906.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária - 02 de fevereiro de 1920.

Estatutos da Companhia Industrial Belo Horizonte - 10 de agosto de 1906.

Relatório da Diretora referente ao exercício de 1919.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1921. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.

Cia. Fabril Cachoeira Grande

Ata da Constituição de uma Sociedade Anônima que se denomina Companhia Fabril Cachoeira Grande - 1893.

Estatutos - 04 de outubro de 1893.

Cia. Cachoeira de Macacos

Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 15 de março de 1919.

Relatório da Diretoria apresentado em assembléia geral ordinária, referente a 1893.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1916.

Relatório da Diretoria referente ao ano de 1919.

Resposta à Circular de 19 de Janeiro de 1887.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Atas das sessões da Assembléia Geral dos Acionistas da Cia. Cedro e Cachoeira - 1889 à 1933.

Atas das reuniões da Diretoria - 1895 à 1933.

Cartas de Francisco Mascarenhas a Mr. John Lomas - 1883.

Conselhos para Viver Bem. Regras para conservar e aperfeiçoar a existência. s.d.

Conselhos para uma Vida Feliz. Vila Paraopeba, Typ. Theodoro, s.d.

Coelho, Oswaldo Pinto. Relatório referente aos serviços médicos prestados aos operários da Fábrica de São Vicente. 17 de março de 1929.

Estatutos da Companhia de Fiação e Tecidos "Cedro & Cachoeira", Fábrica da Cachoeira, 02 de abril de 1883.

Parecer sobre a reforma dos estatutos, s.d.

Planta para o aumento da Fábrica da Cachoeira. Bernardo Mascarenhas, Cedro, 9 de julho de 1883.

Plano para a Fábrica de Tecidos da Cachoeira de Mascarenhas & Barboza. Bernardo Mascarenhas, Manchester, 02 de fevereiro de 1875.

Quadro geral dos operários da Fábrica do Cedro, com seus respectivos salários, em junho de 1932.

Relatórios da Diretoria, apresentados à Assembléia Geral dos Acionistas da C.C.C. - referentes ao período de 1883 a 1932.

Regulamento interno dos Banheiros de Vitalidade da Fábrica do Cedro.

Resposta ao Ofício de 12 de Janeiro de 1886 ao Gerente da Fábrica pedindo informações sobre o funcionamento da Companhia.

Sugestões da Comissão encarregada pela Assembléia de 23 de Março de 1929, de dar parecer sobre a matéria de aposentadoria de operários. Belo Horizonte, 29/03/1930.

Tabela de Preços dos Tecidos Brancos e de Cores da Cia. Cedro & Cachoeira. Cedro, 01 de julho de 1908.

Cia. União Itabirana

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1919.

Resposta à Circular de 19 de Janeiro de 1886.

Cia. Industrial Itabira do Campo

Ata da Assembléia Geral Ordinária - 20 de fevereiro de 1894.

Relatório da Diretoria à Assembléia Geral dos Acionistas, referente a 1893.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1919.

Fábrica de Fiação e Tecidos Itacolomy

Ata da Assembléia ordinária de 10 de abril de 1919.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1919.

Cia. Industrial Itaunense

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1919.

Cia. Fabril Mascarenhas

Estatutos. Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1922.

Cia. Industrial Pitanguyense

Ata da assembléia geral dos acionistas realizada em 20 de março de 1919.

Ata da assembléia geral ordinária dos acionistas - 20 de março de 1920.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1918.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1919.

Cia. Industrial Sabarense

Relatório do Gerente Francisco Cândido da Silva Guimarães.
04 de Janeiro de 1894.

Relatório da Diretoria referente a 1893.

Resposta à Circular de 19 de Janeiro de 1886.

Cia. de Fiação e Tecidos Santa Cruz

Ata da Assembléia Geral extraordinária. 31 de março, 1919

Cia. de Tecidos Santannense

Ata da Assembléia Geral Extraordinária. 20 de abril de 1919.

Reforma dos estatutos da Companhia de Tecidos Santannense, aprovada em assembléia geral extraordinária de 15 de abril de 1919. Itauna, M.G., 1919.

Cia. de Fiação e Tecidos Sarmento

Ata da Assembléia Geral Extraordinária - 02 de abril de 1919.

Cia. Industrial S. Joannense

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1918.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1919.

Fábrica de Tecidos do Senhor Bom Jesus D'Água Fria

Resposta à circular de 21 de dezembro de 1880. Arasuahy.

Resposta à circular de 19 de janeiro de 1886. Distrito de Ipatinga. Município de Cathaú.

Fábrica de Tecidos de Cassú

Resposta à circular de 19 de janeiro de 1886. Uberaba.

Fábrica Filatória e de Tecidos de Montes Claros

Resposta à circular de 19 de janeiro de 1886. Firma Rodrigues, Soares, Bittencourt, Velloso e Cia.

Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão Industrial Mineira

Morrit e Cia

Resposta à circular de 17 de maio de 1886 do Governo Provincial pedindo informações sobre as indústrias.

Fábrica de Tecidos da Fazenda de São Sebastião

Resposta à circular de fevereiro de 1887.

JORNAIS

A NOVA ERA. Taboleiro Grande, Estado de Minas Gerais, 1906.

MINAS GERAIS. Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1900-28.

GAZETA DE PARAOPEBA. Paraopeba, Minas Gerais, 1917-25.

O PROLETÁRIO. Órgão da Federação Operária Mineira, Juiz de Fora, Minas Gerais, 1920-21.

O OPERÁRIO. Órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1921-23.

CORREIO MINEIRO. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1933-34.

O OPERÁRIO. Juiz de Fora, Minas Gerais, 1918.